Madrygal. Revista de Estudios Gallegos
ISSN: 1138-9664

EDICIONES COMPLUTENSE

https://dx.doi.org/10.5209/madr.94151

As décadas de Carvalho calero. O seu papel na codificação e regeneração do galego[1]

Xosé Ramón Freixeiro Mato[2]
Xosé Manuel Sánchez Rei[3]

Recibido: 5 de maio de 2023 / Aceptado: 18 de setembro de 2023

Resumo. Ricardo Carvalho Calero desempenhou um papel fundamental no processo de codificação e regeneração do galego no século XX, seguindo o critério de eliminação de espanholismos e de confluência possível com o português para a revitalização da língua. Durante a sua vida foi harmonizando a estratégia codificadora com o seu próprio processo de formação filológica e com as circunstâncias sociopolíticas de cada momento. Antes da Guerra Civil Espanhola foi membro do Seminario de Estudos Galegos. Na década de 40 sobreviveu à repressão franquista e na de 50, incorporado ao projeto editorial e cultural de Galaxia, participou dos critérios simplificadores da ortografia. Nas três últimas décadas da sua vida ocupou uma posição central na codificação do galego: com um altíssimo prestígio intelectual, foi o investigador por excelência da literatura, o primeiro professor de Linguística e Literatura Galega na USC e autor da gramática mais conhecida e divulgada da época.

Palavras-chave: Carvalho Calero; codificação lingüística; galego; gramática galega; português; reintegracionismo.

[es] Las décadas de Carvalho Calero. Su papel en la codificación y regeneración del gallego

Resumen. Ricardo Carvalho Calero desempeñó un papel fundamental en el proceso de codificación y regeneración del galego en el siglo XX, seguiendo el criterio de eliminación de españolismos y de confluencia posible con el portugués para a revitalización de la lengua. Durante su vida fue armonizando la estrategia codificadora con su propio proceso de formación filológica y con las circunstancias sociopolíticas de cada momento. Antes de la Guerra Civil Española fue miembro del Seminario de Estudos Galegos. En la década de los cuarenta sobrevivió a la represión franquista y en los años cincuenta, incorporado al proyecto editorial y cultural de Galaxia, participó de los criterios simplificadores de la ortografía. En las tres últimas décadas de su vida ocupou una posición central en la codificación del gallego: con un altísimo prestigio intelectual, fue el investigador por excelencia de la literatura, el primer profesor de Lingüística y Literatura Gallega en la USC y autor de la gramática más conocida y divulgada de la época.

Palabras clave: Carvalho Calero; codificación lingüística; gallego; gramática gallega; portugués; reintegracionismo.

[en] The Decades of Carvalho Calero. His Evolving Role in the Standardisation and Regeneration of the Galician Language

Abstract. Ricardo Carvalho Calero played a central role in the process of standardisation and regeneration of Galician in the 20th century through a revival strategy based on the elimination of Spanishisms and a possible convergence with Portuguese. Over the course of his life, he adapted his approach to standardisation to match his own philological evolution and the sociopolitical circumstances of the time. In the decade prior to the Spanish Civil War, he joined the Seminary of Galician Studies. In the 1940s, he became a target of repression by the newly installed regime, and in the 1950s he joined the Galaxia publishing project, where he supported proposals for a simplified spelling system. During the final decades

[1] Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de investigação "La edición literaria en Galicia (1975-2000)", financiado pelo "Ministerio de Ciencia e Innovación" (PID2020-119605RB-I00). Os autores agradecem os comentários formulados pelas pessoas que leram as primeiras versões do texto, os quais contribuíram para o melhorarem.

[2] Universidade da Corunha. Departamento de Letras.
Correo-e: ramon.freixeiro@udc.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1751-4561.

[3] Universidade da Corunha. Departamento de Letras.
Correo-e: sanrei@udc.gal / x.m.sanchez.rei@udc.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0763-9793.

of his life, he remained one of the most influential voices in the debate over standardisation: widely admired for his intellectual achievements, he was the foremost scholar of Galician literature, became the first lecturer and later professor of Galician Linguistics and Literature at the University of Santiago de Compostela, and authored the most popular and widely read grammar of Galician of his time.

Keywords: Carvalho Calero; Standardisation; Galician; Galician grammar; Portuguese; Reintegrationism.

Sumario. 1. Introdução. 2. O período de pré-guerra: Carvalho e as normas do Seminario de Estudos Galegos. 3. Décadas de 40 e 50: exílio interior, resistência e preparação. 4. Década de 60: compromisso, esforço e disciplina na elaboração da gramática. 5. Década de 70: normas da RAG, criação do ILG e reedição da gramática. 5.1. Papel de Carvalho nas normas ortográficas da RAG (1970). 5.2. As normas morfológicas da RAG e o plural das palavras acabadas em <l>. 5.3. Carvalho Calero, a criação do ILG e as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*. 5.4. Afastamento progressivo de Galaxia e presidência da Comisión Lingüística da Xunta. 6. Década de 80: da teoria à praxe reintegracionista. 7. Conclusão. 8. Referências bibliográficas.

Como citar: Freixeiro Mato, Xosé Ramón e Xosé Manuel Sánchez Rei (2023): "As décadas de Carvalho calero. O seu papel na codificação e regeneração do galego", en *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos* 26, e94151, DOI: https://dx.doi.org/10.5209/madr.94151.

1. Introdução

Na defesa da língua galega e do seu futuro Carvalho Calero (1910-1990) utilizou um rico repositório de comparações e imagens de grande eficácia argumentativa, que hoje constituem verdadeiras joias do género jornalístico. Felizmente, em diversos volumes publicados nos últimos anos de vida achamos reunidos muitos desses contributos que enformam um corpus de extraordinária importância dentro dos estudos de sociolinguística galega[4]. Um dos motivos que mais se repete na sua obra ensaística é a imagem da língua galega como um ser doente necessitado de cuidados especiais. São vários os artigos que a utilizam e "Umha história clínica"[5] é uma boa amostra: o autor situa no século XV a perda da boa saúde do galego ou, se quisermos, o começo da sua "história clínica" como língua "enferma e mutilada" (Carvalho Calero 1984: 138).

Torna-se evidente que, isolado do português –ou, melhor, da variante portuguesa do próprio galego– e coberto pelo castelhano, língua teto, vai ser constantemente contaminado por este mediante interferências de todo o tipo, até se converter na realidade numa modalidade do primitivo galego misturada com o castelhano. Sustém Carvalho que uma política que insista na oposição do galego ao português –o mesmo que do catalão ao valenciano–, enquanto afirma a identidade substancial do castelhano com o andaluz, incorre numa incoerência lógica só explicável por uma conceção ferreamente centralista do Estado e da cultura. Poderia admitir-se que existem três idiomas diferentes –castelhano, português e galego–, como o próprio Carvalho ainda defendia num artigo de 1972 intitulado "O galego, unha língua", onde diz expressamente que este se afirma "coma unha lingua diferente tanto frente ao castelán coma frente ao portugués" e que se encontra "nunha relación de distinción interna e esterna con relación ao portugués e ao castelán que o sitúa culturalmente coma unha terceira lingua a carón daquelas dúas" (Carballo Calero 1973: 101-102). Seria, pois, o galego um idioma de transição entre os outros dois; e na prática, desde a perspetiva política e normativa, isto já vem funcionando assim, quando menos no âmbito oficial e social.

Mas Carvalho, à medida que ia aprofundando no conhecimento do galego, foi-se convencendo de que não era possível um galego equidistante do espanhol e do português, e que ou era galego-castelhano ou galego-português. A primeira opção conduziria à sua absorção pela língua estatal, enquanto a segunda, a única que pode garantir o seu futuro, implicaria um processo de "regeneraçom", pois

> o galego estudado e o galego empregado nom pode ser o galego falado que se perpetuou no uso familiar das classes deprimidas, como conseqüência do centralismo lingüístico, galego esmorecente cujo sentimento de inferioridade o conduzia a assolagar-se no seio salvador do idioma estatal. (Carvalho Calero 1990: 15-16)

A regeneração do galego para Carvalho vem sendo o mesmo que a "restauraçom" da fala

[4] Correspondem a títulos como *Umha voz na Galiza*, *Do galego e da Galiza*, *Letras Galegas* e outros, algum deles póstumo; ver, respetivamente, Carvalho Calero 1992, 1990, 1984.

[5] Primeiramente foi publicado no jornal da Corunha *La Voz de Galicia* de 4 de fevereiro de 1983 e ao ano seguinte apareceu compilado em *Letras Galegas*. Ver Carvalho Calero 1984: 137-139.

popular deturpada, que deve conduzir à "reintegraçom no sistema" (*Ibid*.: 41-44). Ao tempo que o seu pensamento sobre o galego evoluiu, foram evoluindo também as propostas dele sobre a sua codificação, a respeito da qual vai ocupar uma posição central desde a década de 60, ainda que já tivesse estado presente com anterioridade. Cumpre ter em conta que para ele o processo codificador do idioma era equivalente à "rectificaçom da castelhanizaçom", que "terá de realizar-se gradualmente e acomodando-se às circunstâncias espaciais em que se apresente o problema", de modo que os "máximos, os médios e os mínimos usos reintegracionistas" deveriam conviver "durante o tempo que fosse preciso" (*Ibid*.: 36). Assim pois, as diferentes etapas por que passou a escrita de Carvalho e as suas propostas codificadoras obedecem a esse processo gradual de regeneração ou de reintegração em que firmemente acreditava na última etapa do seu percurso vital.

2. O período de pré-guerra: Carvalho e as normas do Seminario de Estudos Galegos

Carvalho Calero ingressou no Seminario de Estudos Galegos (SEG) em 1926, com apenas 16 anos, quando se desloca a Compostela para iniciar os estudos de Filosofía e Letras. Dois anos mais tarde seria nomeado secretário de Atas e secretário geral do SEG, de modo que quando este publica em 1933 *Algunhas normas pra a unificazón do idioma galego* cabe supor que algum papel deve ter tido Carvalho na sua elaboração. Ele mesmo tratou sobre o tema:

> Mais enquadrado no labor da secçom [secção de Filologia do SEG] como tal, está o esforço realizado em prol da normalizaçom da língua. Na juntança geral celebrada em Pontevedra em 1928 plantejou-se o problema da unificaçom ortográfica. Dom António Couceiro Freixomil apresentou umhas bases para a unificaçom da língua escrita, que logo fixo imprensar com um apêndice do Professor Moralejo. Em 1931 nomeou-se umha comissom que reconsiderasse o assunto. Afinal, umha ponência formada polos senhores Pedret Casado, Pereira Rial, González Garcia-Paz, Filgueira Valverde e Lorenzo Fernández, cos quais colaborarom outros membros do Seminário, redactou um texto intitulado *Algunhas Normas pra a Unificazón do Idioma Galego*, do qual se acordou a publicaçom polo Seminário em juntança geral celebrada o 15 de Outubro de 1933. (Carballo Calero 1981: 114)[6]

Carvalho Calero não faria parte da comissão que elaborou essas normas, mas é possível que tivesse estado entre essoutros membros do SEG que colaboraram com ela, embora ele o não tenha especificado. No entanto, num jornal de Santiago de Compostela da altura figura uma breve nota intitulada "Unificación ortográfica", onde se pode ler:

> A fin de que los trabajos publicados por el Seminario presenten la debida unidad lingüística se nombra una comisión formada por los señores Bouza Brey, Carballo Calero, Filgueira Valverde y González García-Paz. Esta comisión se reunirá el próximo día 15 para dejar ultimadas unas breves normas que serán indudablemente muy útiles para la unificación ortográfica gallega[7].

Antes do SEG, Leandro Carré Alvarellos (Corunha, 1888-1976) atreveu-se a empreender a elaboração de gramáticas e dicionários, a contribuir assim para a unificação normativa da língua. As iniciativas que levou a cabo no âmbito filológico tinham como intenção suprirem as carências da própria Real Academia Galega (RAG), incapaz de desenvolver os seus projetos programáticos no campo da codificação linguística. Carré publica em 1919 um breve *Compendio de gramática galega* e com ele inicia-se um terceiro ciclo gramatical, "monolingüe no seu tratamento do galego e normativo nas súas intencións" (Fernández Salgado 2000: 122-123). Três anos mais tarde aparece a gramática de Lugrís Freire e estas duas obras constituem a achega gramatical das Irmandades da Fala, fundadas em 1916. Lugrís e Carré eram cientes da má situação social do galego e da anarquia que governava o seu uso, de modo que cumpria endireitá-lo, e como mais ninguém

---

[6] Carvalho Calero tinha publicado primeiro o artigo "O idioma" nos *Cuadernos do Laboratorio de Formas de Galicia. Testemuñas e perspectivas en homenaxe ao Seminario de Estudos Galegos* (Ediciós do Castro, nº 5, 1978, pp. 13-19) e logo reproduziu-o no livro *Problemas da Língua Galega*, editado em Lisboa no ano 1981 ainda com a assinatura "Ricardo Carballo Calero", com o título de "O idioma no Seminário de Estudos Galegos"; desta versão procede o excerto.

[7] Texto publicado em *El Compostelano* de 1 de novembro de 1932 e reproduzido em Fernández Mirás 2020: 18.

envereda essa tarefa –tenha-se em conta que a Faculdade de Letras da Universidade de Santiago se cria no ano 1923–, ela é acometida por ambos para atenderem uma necessidade urgente e para dotarem o galego de instrumentos de utilidade imprescindível.

Contudo, a necessidade de uma norma linguística unificada também era sentida por todo o movimento nacionalista emergente que, entre a publicação dessas duas gramáticas, na III Asemblea Nacionalista Galega celebrada em abril de 1921 em Vigo, acordou nomear uma comissão "para chegar á uniformidade do idioma" composta por Ramón Cabanillas, Antón Vilar Ponte, Johán Vicente Viqueira e Vicente Risco, todos quatro figuras de máximo nível das Irmandades da Fala, o que parece demonstrar a importância que concederam ao tema e que "comezaba a percibirse claramente a necesidade de buscarlle unha vía de solución, endebén non temos novas de que [a comissão] emprendese o labor encomendado" (Monteagudo 2002: 13-14). Desconhecemos, pois, as razões de essa iniciativa, que seria propriamente a primeira tentativa de codificação do idioma por parte de uma instituição galeguista, não ter progredido; a comissão que criara a RAG nos seus primeiros anos de funcionamento era só de caráter ortográfico e limitou-se a aprovar as grafías etimológicas para o uso no seu dicionário (Freixeiro Mato 2017: 21). Carvalho Calero, por evidentes motivos de idade, não pôde fazer parte dessa primeira tentativa codificadora do movimento irmandinho.

Durante a época das Irmandades leva-se a cabo uma proposta específica para dotar a língua de uma norma escrita unificada: Couceiro Freijomil publica em 1929 o opúsculo *Ortografía Gallega. Bases para su unificación*, que serviu de base para as primeiras normas que teve o galego provenientes de uma instituição de prestígio como era o SEG. Para Álvarez Blanco (1991), que valoriza positivamente a proposta de Couceiro, as normas do SEG tornam-se esquemáticas e supérfluas, a suporem um passo atrás a respeito da proposta original daquele; uma opinião igualmente negativa também tinha sido expressada por Carvalho Calero (1981) no artigo antes citado; ambos as consideram carentes de rigor científico[8], algo que a própria entidade que as elaborou reconhece nas palavras introdutórias; Álvarez Blanco (1991: 21-31) carateriza com os seguintes traços o modelo de língua que Couceiro propunha como standard: (i) o valor e méritos da língua galega, (ii) necessidade de uma língua standard estabelecida por consenso, (iii) um modelo assente na história sobre bases científicas, (iv) um modelo enraizado na fala do povo, (v) um modelo respeitoso com a tradição escrita moderna, (vi) um modelo de língua culto, (vii) um modelo linguístico independente, e (viii) um modelo linguístico simples.

No entanto, para ponderar e contextualizar o contributo de Couceiro Freijomil convém termos em conta que fez parte de um grupo de escritores, entre eles Noriega Varela e Jaime Solá, que naquela altura residiam em Ourense e que mantinham um enfrentamento radical com o movimento galeguista e nacionalista[9]. Nas páginas da sua proposta ortográfica Couceiro mostra-se contrário à confluência do galego com o português, mas não à coincidência com o castelhano:

> El capricho, el afán de singularidad, la ignorancia o cualquier otro motivo de igual fuste, originó que ciertos escritores, muy pocos felizmente, procurasen traer al gallego las grafías portuguesas *lh* y *nh* en vez de *ll* y *ñ*. (Couceiro Freijomil 1929: 14)
>
> La propensión de algunos de nuestros escritores a adoptar unha ortografía imitación o copia de la portuguesa, más imperfecta que la castellana, se opone, no solamente a la tradición del gallego, sino a los progresos a que la escritura debe siempre tender, con miras a la simplificación. (*Ibid*.: 16)
>
> Para evitar las confusiones antedichas no hay inconveniente en aceptar la ortografía castellana (...).
>
> La ortografía castellana es un buen punto fijo de referencia.
>
> Las palabras que nos son comunes con el castellano debemos escribirlas de conformidad con

---

8 Ver ao respeito Fernández Salgado 2000: 314-315.

9 Sobre esta questão podem ver-se os trabalhos de Freixeiro Mato em Fernández Pérez-Sanjulián (ed.) 2016: 135 e Beramendi (ed.) 2017: 409-424. Outros contributos recolhidos nestas duas obras também são de interesse para melhor compreender o contexto sociocultural, político e linguístico da época das Irmandades da Fala; para este último, ver Sánchez Rei 2017.

> las normas acordadas para esta lengua. Escribamos, pues, *hirmá, hirmán, hirmau* o *hirmao*, analogamente as castellano *hermano*, siquiera la voz originaria *germanu* no tenga *h*, y aunque no coincidamos con el portugués *irmão*. (*Ibid*.: 17)

> Los demás signos auxiliares de la escritura son los mismos de que se vale el castellano: su empleo no ofrece en gallego ningún aspecto característico, y así nos sirven en esto las mismas reglas que rigen para aquel idioma (...).

> y en cuanto a lo demás de la acentuación, también el gallego coincide en general con el castellano, por lo cual nos consideramos relevados de abordar este punto. (*Ibid*.: 24)

Tem, pois, Couceiro uma perspetiva divergente sobre a relação entre as três línguas da que possuía a tradição galeguista, o que se torna natural de acordo com o seu perfil ideológico. O SEG valorizou a achega técnica daquele à codificação do galego, mas mantinha em geral uma visão da língua galega que estava mais próxima do galeguismo e, portanto, que não partilhava no fundo o pró-castelhanismo –e o antilusismo– de Couceiro.

As normas de 1933 do SEG vão introduzidas por um "Informe da Seizón" –corresponde à secção de filologia do próprio Seminario que as elaborou– em que se afirma que são "pra uso particular del e sen rigurosas pretensións científicas". Também diz que a "lingua galega foi orixinariamente a mesma que usou o reino portugués no seu berce", e essa unidade linguística da Galiza e de Portugal manter-se-ia, apesar da separação política, até a finais do período quatrocentista; mas enquanto no Renascimento "a nazonalidade portuguesa terminou de facerse, a irmán galega en troques sofreu a perda da súa concencia nazonal i este aletargamento durou catro séculos ata comezos do XIX". Nesse período o galego teria conservado muitos dos seus traços antigos, enquanto o português desenvolveria "moitas formas e xiros" do castelhano "que impiden toda posibilidade de adaptar lisa e totalmente a nosa lingua ás normas que rixen a boa fala de Portugal". Contudo, propugna o "achegamento ao portugués nos baldeiros que hai que encher no noso idioma", mas sem considerar "que o portugués sexa unha lingua perfeita", de maneira que "cando unha construzón castelá que viña suplir unha falla no galego tomou patria no noso idioma, se aquela é superior tecnicamente á portuguesa con ela debemos ficar" (em Sanmartín Rei 1997: 103-104). Parece evidente que nisto se nota a pegada de Couceiro Freijomil, mas sem menosprezar o português; também é surpreendente e reveladora essa ideia de que o que distanciou o galego do português foi a castelhanização deste, mais que a daquele[10]. Convém dizermos igualmente que essa visão geral sobre as relações históricas entre galego e português que oferece a secção filológica do SEG na apresentação destas normas, salvo nesse ponto concreto da castelhanização do português, é bastante coincidente com a que vai proporcionar Carvalho até aos meados da década de 70 (ver, por exemplo, Carballo Calero 1972 e 1973). Ferro Ruibal (1984: 274), por seu turno, defende que os autores de tais normas "coñecen só o seu propio galego" e que "antepoñen gratuitamente o modelo portugués e o modelo castelán ó estudio descritivo do galego real".

Como traços mais relevantes das normas do SEG podem ser ponderados a eliminação de apóstrofos e o uso do hífen em casos como *a i-alma*, *todol-os*, *cantol-o viron*, *quérel-o neno*, *n-o vexo* ou *co-este*, o emprego da grafía <x> face ao <g, j> etimológicos "[s]ó provisionalmente por razóns de comenenza actual", a proscrição "da grafía portuguesa lh, nh", bem como "de todo *z* final" (*lus*, *vos*) e também de algum em início de palavra (*soco*, *sugar*) "[c]o fin de ir desbotando o son *z* castelán", a prescrição de plurais do tipo *casás*, *reás*, *caravés*, *ánxeles*, *fáciles* e *vales*, e também das contrações *ao(s)*, *có(s)*, *coa(s)* e *cunha(s)*. No conjunto destas breves normas, incluídas as ideias que transparecem no informe inicial, pode observar-se tanto a sombra de Couceiro Freijomil na deriva para soluções castelhanas como a influência da tradição galeguista no afastamento desta e na aproximação ao português, também se notando a marca particular de Filgueira Valverde, cujo modelo de escrita da altura estava bastante próximo delas, nomeadamente na opção pelo *sesseio* implosivo (*cf.* Freixeiro Mato 2015: 93-97). Carvalho Calero teve em conta, sem dúvida, essas normas na sua prática da escrita e até se pode detetar algum rasto delas nas

[10] Essa é a tese que constitui um dos núcleos principais de uma obra atual de grande sucesso, *Assim nasceu uma língua / Assi naceu ũa lingua. Sobre as origens do português*, de Venâncio 2019.

primeiras edições da sua gramática, tanto no relativo às relações com o português (Carballo Calero 1966: 28-29), quanto no plural das palavras em *-l* (*Ibid*.: 91), por exemplo.

Por sua vez, Monteagudo afirma que, "dentro da súa modestia e sinxeleza", as normas do SEG refletem "unha relativa madureza no que atinxe tanto ao coñecemento da lingua galega coma a un certo saber filolóxico", e também que "marcaban unha liña de racionalización e simplificación para a escrita que podía implicar un paso adiante considerable no camiño cara á unificación gráfica do galego". E acrescenta:

> Aínda que o estupido (sic) da guerra civil e a consecuente ditadura fanaron un esforzo que podería ter encamiñado a cuestión normativa dun xeito decisivo nos anos seguintes (co galego como lingua cooficial no marco do Estatuto de 1932), en todo caso, a orientación das normas do Seminario de Estudos Galegos serviu de base para as prácticas ortográficas da editorial Galaxia a partir de 1950. (Monteagudo 2017: 271)

Também é possível que Carvalho interviesse na elaboração da *Engádega ás normas pra a unificazón do idioma galego*, de apenas quatro páginas, incluída a capa, que o SEG publica em 1936, assunto a que o artigo antecitado do nosso autor não se refere, ainda que pela data que leva ao final, "Santiago, Abril de 1936", seja lógico pressupormos que o autor estaria mais pendente das provas que se iam celebrar em Madrid no verão desse ano, onde concorria a uma cátedra no ensino médio. A *Engádega* é pouco relevante, além da insistência em que foi feita "para uso privado do Seminario e sen rigurosas pretensións científicas" (Seminario de Estudos Galegos 1936: 2); na realidade, as normas que contém ocupam apenas duas páginas em que se condenam determinadas alterações, vocálicas sobretudo, que afetam basicamente a ortografía e que não se devem utilizar na escrita; assim, são prescritos 14 casos: (1) *alí* e *aí* (não *elí* e *eí*), (2) *mellor* e *mentir* (face a *millor* e *mintir*), (3) *dereito* e *bágoa* (não *direito* e *bágua*), (4) *sua alma* (em vez de *sua i-alma*), (5) *pobo* e *abril* (não *povo* e *avril*), (6) *render* e *engader* (por *rendir* e *engadir*), (7) *señor* e *amar* (em lugar de *señore* e *amare*), (8) *daí* e *daquela* (não *d-aí* e *d'aquela*), (9) *aí* e *velaí* (em vez de *ahí* e *velahí*), (10) sempre *quen* (nunca *quenes*), (11) nunca *pontazgo* e *achazgo*, (12) *cadeira* (mas não *cadeiral*), (13) condenação do verbo *haber* como auxiliar e, por último, (14) convivência das terminações *-zo* e *-za* nos casos já consagrados com *-cio* e *-cia* nos cultismos. Estas são as únicas indicações, formuladas aliás de forma confusa e pouco rigorosa; não vira estranho que Carvalho nem as cite no seu artigo de lembrança dos trabalhos linguísticos do SEG.

3. Décadas de 40 e 50: exílio interior, resistência e preparação

Carvalho Calero procurava a sua estabilidade profissional como docente no verão de 1936 quando o golpe de Estado veio alterar todos os seus planos de futuro. Bem sabemos das penúrias por que passou durante a Guerra Civil e também após esta terminar: primeiro privação de liberdade e logo condena a exílio interior. Carvalho tinha lutado contra a rebelião militar fascista no campo de batalha desde o bando republicano e logo foi encarcerado por isso, a permanecer em prisão até 1941, em que sai em liberdade condicional. O exílio interior que padece, nomeadamente entre 1941 e 1950 no seu Ferrol natal, mas também posteriormente, fica fora de qualquer dúvida e não precisa de muitas explicações. Aurora Marco (1992: 129) diz-nos que "a sua situación, en liberdade provisional, estaria marcada por algun que outro sobresalto (rexistos policiais, apresentacións na Comisaria de Ferrol unha vez por mes, algun protesto de pais que, molestos co suspenso do fillo, facian insinuacións incómodas)"; e acrescenta que Carvalho teve de esperar 22 anos "desde a saída do cárcere, para que lle fose incoado expediente de cancelación de antecedente penal" pelo Ministério da Justiça espanhol.

Toda a década de 40 foi para Carvalho, portanto, um período de resistência, sofrimento e silêncio, mesmo no plano da criação literária, pois nenhum livro tirou do prelo nesses anos. Passado o tempo mais duro da repressão franquista, inicia a década de 50 rompendo o silêncio literário e retomando a veia criativa de pré-guerra, agora já só em galego e seguindo um modelo de língua que não se afastaria "demasiado, em termos gerais, dos mestres da geraçom *Nós*" (Rodríguez 2020a: 362). Ao mesmo tempo, no ano 1950 um grupo de galeguistas fundou a Editorial Galaxia, que também se preocupará pela standardização do idioma e, assim, promove umas normas internas de modernização da ortografía, à parte das iniciativas que vai tomar neste tema dentro de uma RAG que passa pouco a pouco a controlar. Converte-se desse modo o grupo de Galaxia no agente codificador fundamental no período que

abrange os anos 50 e 60. Mas nessas normas internas, talvez nunca escritas ainda que tivessem sido encomendadas a Piñeiro (Villanueva Gesteira 2015: 201), dá a impressão de que Carvalho não teve um papel preponderante, apesar de se unir ao projeto desde o início sem fazer parte dos órgãos diretivos; parece antes terem sido obra de Ramón Piñeiro, em todo o caso com a colaboração de Fernández del Riego. No substancial consistiam na eliminação de hífenes e apóstrofos, na opção de não representar as segundas formas do artigo, na preferência pelo sufixo *-ción*, na oscilação entre *-ble*, *-bre* e *-bel* e entre *-dade* e *-dá* (*verdade*/*verdá*), no uso dos plurais de tipo *-aes* (*mortaes*) e *-ós* (*corazós*), na tendência à conversão dos <x> latinos em <is> (*eisistir*) e no uso preferente dos demonstrativos *iste* e *ise* e da preposição *pra* (*cf.* Ferro Ruibal 1984: 275). Carvalho, que já publica na revista *Grial* desde o primeiro número, segue mais ou menos estes princípios normativos, herdeiros daquelas normas do SEG de que fez parte e próprios da época, critérios que, também em traços gerais, manterá até à década de 70 (Rodríguez 2020a: 393-394).

Porém, dentro desse quadro normativo geral e sem definição clara, cada autor ou autora tinha de arbitrar soluções próprias de acordo com as suas necessidades expressivas. Carvalho, quando a década de 50 se encaminhava ao seu fim, também estava a construir o seu próprio modelo linguístico-expressivo, que duas décadas mais tarde acabará por desembocar definitivamente na via reintegracionista. Mas nessa altura de finais dos 50 ainda pensava numa harmonização entre a fala popular e a escrita como critério para seguir. Assim o aconselhava por carta em 1958 a um poeta amigo, Tomás Barros, que se estava a iniciar no uso do galego (*cf.* Freixeiro Mato 2022: 165):

> Está moi ben que faga ises poemas galegos. Pero non considere ao diccionario demasiado indispensabre. Ben está velo, pero non é preciso que o léisico dun poeta galego sexa impecabremente enxebre. Hai que partir da fala viva, que é unha realidade positiva. Rosalía edificou a súa obra sobre a língoa popular. Recomendo o equilibrio entre o galego vulgar e o galego dos filólogos, percurando equidistar de ambos estremos.

Por esses anos, ainda dirigindo o Colégio Fingoi e lá dando aulas, Carvalho defendeu a sua tese de doutoramento em Madrid (1955) sobre literatura galega, de que derivaram várias publicações científicas, e nesse processo vai aprofundando nos conhecimentos filológicos que logo lhe permitirão aceder a professor de literatura e também de linguística galega na Universidade de Santiago de Compostela. Noutra carta a Tomás Barros, de 18 de agosto do mesmo ano, procura resolver as dúvidas linguísticas concretas do autor estradense acudindo ao saber filológico acumulado nestas duas décadas de trabalho e estudo: "'Silla' é castelán. Ademáis da galega 'cadeira', esistíu 'sela', que se atopa documentada nos Cancioneiros pra 'silla de montar'. Aconséllolle, pois, 'cadeira' en xeral". E em missiva de 27 de outubro de 1959 dava a Barros conselhos sobre como escrever em galego que mostram a coincidência com os critérios de Galaxia e, ao tempo, preludiam o importante papel na codificação do idioma que vai desempenhar nas décadas seguintes: "Creo que debe sustituir todas as *y* gregas por *i* latinas, e suprimir todos os apóstrofos e guións, escribindo nunha soa verba os elementos que aqueles signos separaban. E non escriba *meido*, senón *medio* ou *meio*, como xa lle teño dito" (*cf.* Freixeiro Mato 2022: 171, 192).

Aliás, após a interrupção do processo de elaboração de gramáticas (e normas linguísticas) que supôs a guerra de 1936, com estas duas décadas de 40 e 50 ermas em trabalhos dese teor apesar de alguma tímida tentativa no seio da RAG a finais da segunda (Freixeiro Mato 2017: 131-135), na década de 60 vai-se reempreender essa tradição com a publicação de novas gramáticas, e a de Carvalho será a mais relevante e influente de todas durante esta década e a seguinte.

4. Década de 60: compromisso, esforço e disciplina na elaboração da gramática

A RAG tinha-se empenhado durante a presidência de Sebastián Martínez-Risco na elaboração de uma gramática da entidade, ainda que Piñeiro fizesse o projeto fracassar por julgar que a Academia não estava preparada para esse labor; ele tinha reparado em José Luís Pensado como autor da gramática académica, mas este declinou o convite (Freixeiro Mato 2017: 36). Por isso, depois dirigirá a sua atenção a Carvalho, que já tinha publicado a sua história da literatura, mas para o animar a que levasse avante o projeto de elaborar uma gramática da sua exclusiva autoria dentro da vontade editorial de Galaxia, não para fazer a gramática da RAG. Na realidade, como informa Villanueva Gesteira (2015: 223-228), a editora viguesa e

o seu diretor já haviam andado previamente "á procura dun lingüista", para o que tinham contactado sucessivamente com Aníbal Otero, Aquilino Iglesia Alvariño, Isidoro Millán González-Pardo e Ramón Lorenzo; foi só perante a negativa destes e de Pensado que se dirigiram ao professor de Ferrol.

Carvalho adquirira na altura o compromisso pessoal de trabalhar pelo galego, com plena consciência do esforço que isso trazia consigo. Assim o revela o epistolário a Fernández del Riego (Carballo Calero 2006), de que a seguir serão tiradas algumas citações[11]. Nos primórdios da década de 60 já parece ter assumido a necessidade desse esforço pessoal constante em prol da língua como responsabilidade histórica que o destino lhe tinha reservado, segundo põem em relevo estas duas reflexões ao amigo, que corroboram ao passo a firmeza e decisão com que encara o cumprimento do seu dever: "poñámonos un e outro a traballar nas nosas ineludibres angueiras, se non máis descansados, un pouco desfogados. Ninguén pode fuxir o seu destino" [25/08/1961]; "Un fungueiro na man dereita, unha lanterna na esquerda e un coitelo antre os dentes, hai que avantar ate chegar ao fin pola furna tebregosa da vida" [07/01/1962]. Por essas mesmas datas e a respeito da revisão final da sua história da literatura galega, o autor é consciente da precariedade em que se acha a codificação da língua e começa a enxergar a necessidade de ele próprio fazer a sua gramática: "Vou intentar unificar un pouco máis a morfoloxía, pero dado o dialectalismo da nosa fala e as dimensións de obra, é ilusorio pensar nunha unificación ríxida. Tería que facer primeiramente a miña Gramática Galega, e sería o conto de nunca acabar" [05/03/1962]. Uns meses mais tarde participa no debate da RAG sobre o tema: "estóu mesturado no asunto de si se debe ou non facer unha gramática" [11/12/1962]. A finais de 1963 já tinha aceitado disciplinadamente o compromisso de fazer a obra para Galaxia, apesar de conhecer as dificuldades da missão e de dispor de pouco tempo livre para esse encargo:

> Xa que anunciades a miña Gramática teréi que pensar en facela. Conviría que me mandaras todo o que teñas de antecedentes; pois eu carezo de libros de filoloxía galega (...). Temos que convir nun plan, tendo en conta o horrible desgaste do Colexio pra xerarquizar as miñas angueiras, e decidir qué é o máis ou menos urxente antre as moitas cousas que teño que facer. [22/12/1963]

Contudo, a tarefa torna-se dura e complexa e as dúvidas assaltam-no: "Da Gramática polo de agora non hai máis que darlle voltas na cabeza. É horrible" [19/01/1964]; "Agora percuro non comprometerme con outros traballos pra poder encetar a Gramática, que estóu ordeando na mente. Pero os problemas do Colexio abáfanme e amargúranme de xeito que non sei o que poderéi facer" [09/03/1964]. Com certeza, a carga de trabalho que suporta é grande, pois tem de combinar a direção do Fingoi com a gramática, com a elaboração do segundo volume da história da literatura e com outros encargos que lhe fazem, normalmente artigos para *Grial*: "O escaso tempo que non invirto en me desesperar por mór do Colexio, emprégoo nos traballos preparatorios da *Gramática*, tendo arrumbadas as folhas já escritas do segundo capítulo do segundo tomo da *Historia*" [13/04/1964]. Uns poucos meses depois já se vê imerso na elaboração da obra e solicita os *Elementos de gramática histórica gallega* de García de Diego para poder avançar, a insistir nas dificuldades: "Traballo en moi malas condicións" [24/08/1964]. Noutra carta de maio do ano seguinte volta a insistir nessas dificuldades e deixa bem claro que o seu labor gramatical é um trabalho político que assume por compromisso e por responsabilidade:

> Logo teño moitos materiás pra un segundo Pondal. Pero ¿quén pensa niso coas triganzas da *Gramática*?
>
> Hoxe mesmo traballéi nela. Recibíu un certo pulo. Non sei se viches no boletín interior do 'Facho' unha noticia sobre ela. Vai inzando, mais é imposibre se facer ilusións: nas condicións en que traballo se non pode prever cándo a remataréi. Presenta, como podes comprender, mil dificultades, e os problemas boligan arredor de cada custión. Hai unha corrente de opinión desfavorabre á empresa. Os seus representantes coidan que istas enerxías debínas consagrar ao segundo tomo da *Literatura*, porque a *Gramática* non pode sair tan ben que xustifique o tempo empregado en compoñela. En fin, eu estóu xa embarcado na empresa, que me resulta penosa, e que posiblemente non satisfaga a ninguén: pero se a considerades necesaria ¿quen a ía facer?

[11] Ao final de cada reprodução textual de fragmentos da correspondência de Carvalho será assinalada, entre parênteses retos, a data concreta da carta em questão dirigida a Fernández del Riego.

> Os capacitados pra elo difícilmente quererían arriscar o seu prestixio nista tarefa, que considerarán política e non científica. [31/05/1965][12]

Nas seguintes cartas volta a sublinhar o esforço que lhe supõe a elaboração da encomenda num contexto em que as obrigações se acumulam: "Agora estóu con esames, e atendendo a certos contratempos domésticos. Se liquido todo felizmente, teréi que reorganizar as miñas xornadas pra avanzar na *Gramática* decisivamente" [24/09/1965]. A elas acrescentará a partir de 1965 a nova docência em Compostela e as numerosas palestras que profere, que atrasam o anseio de terminar a obra, para cujo objetivo está disposto a sacrificar as férias:

> ¿A *Gramática*? Desgraciadamente, a miña vida partida antre Santiago e Lugo repercutíu desfavorabremente na marcha da mesma. Non só as viaxes me rouban moito tempo, senón que aquí e alí malamente dou abasto ao meu traballo cotián. Pero o peor son as conferencias (...). Tratarei de dar un pulo á *Gramática* nistas vacacións, e de rematala nas do vran. Estóu xa cos verbos irregulares. Se me deixades acougar, sen me encarregar traballos especiais intentaréi darvos a *Gramática* denantes do outono. [27/03/1966]

E, realmente, pôr o ramo à gramática converte-se numa obsessão:

> Fas moi ben en supor que ando moi atafegado coa *Gramática*. Tiraniza a miña vida. Decidín me choer en Fingoy, sen acaroarme ao mar iste vran, pra poder rematala, sexa como sexa, en setembro. Rexeitéi, asimesmo, firmar un contrato que me envióu "Anaya" pra unha edición do *Caballero de las Botas Azules* (...).
>
> Inda que todo o meu traballo, mesmo as miñas leituras, están orientadas á *Gramática* de cuia posesión demoníaca desexo me liberar, adicaréi algún tempo a *O espello*, pra poder comprir o compromiso xa contraguido. [16/07/1966]

Nas missivas seguintes já fala Carvalho do também cansativo labor de correção por partes de provas de impressão da gramática, até que em finais de ano dá conta da receção de uma obra tan longamente anelada: "Recibín a *Gramática*, que editorialmente resulta un fremoso volume" [22/11/1966]. O objetivo está cumprido após duros esforços só suportáveis pela firmeza do compromisso adquirido. Porém, logo virão novas angueiras motivadas pelas sucessivas reedições ampliadas, que irá enfrentando com o mesmo espírito de sacrifício:

> O máis importante que teño que che decir refírese á *Gramática*. Renunciando ao veraneo, pensaba adicar oito horas diarias nas vacacións a traballar no segundo tomo da *Historia*; pero Piñeiro díxome que se daba por esgotada a primeira edición da *Gramática*, e que despóis de maduras reflesións considerábase que a preparación da segunda edición debía ter prioridade sobre a elaboración do segundo tomo da *Historia*. Coa disciplina que constitúi o meu principal defeito, non ben me vin en Lugo, adiquéi dez horas diarias a ese traballo, pois como sabes tiña moitísimas papeletas dispostas, e hoxe rematéi o meu labor. [30/06/1968]

Carvalho Calero trabalhou com esse espírito de sacrificio e "disciplina" em prol da língua galega e também ao serviço do seu país, e de modo especialmente intenso, durante a década de 60. Esta começou para ele com a redação final da magna história de literatura galega, que lhe serviu de ensaio para a preparação da proposta codificadora do idioma contida na sua *Gramática elemental del gallego común*. A elaboração e reelaboração desta centrará já todo o seu trabalho da década, pois, após a publicação da primeira edição em 1966, continuará com o seu esforço de formação e investigação linguística para a revisão, atualização e ampliação do texto na segunda edição (1968) e na terceira (1970). A gramática foi produto desse contínuo esforço e compromisso do autor ao longo da década, que ainda se vai prolongar na seguinte. Além do mais, contém e representa a mais importante proposta codificadora do idioma galego até àquele momento, e também a primeira com verdadeira incidência social, ao tempo que se converteu em "porta de acceso aos estudos gramaticais para unha notábel cantidade de xeracións universitarias" (Sánchez Rei 2008: 110)[13].

---

[12] Num outro epistolário de Carvalho Calero, que recolhe a correspondência com Tomás Barros, em carta desta mesma altura [16/01/1964], deixa bem clara a natureza da sua entrega e compromisso político: "Xornaleiro do meu pais, fago o que o meu país quere, e non o que quixera"; ver Freixeiro Mato 2022: 211.

[13] Com meritórias exceções, a escassa ou nula repercussão social é uma das caraterísticas do discurso gramatical galego, como se diz em Sánchez Rei 2005: 100-104, já desde os tempos da obra de Saco Arce 1868; mas, neste sentido, o texto de Carvalho representa com clareza uma dessas exceções.

5. Década de 70: normas da RAG, criação do ILG e reedição da gramática

Nos anos 70 Carvalho acentuará o seu trabalho no campo da codificação e regeneração do galego, pois ao labor de reedição e melhora da sua gramática vai acrescentar uma plena implicação na elaboração das normas ortográficas e morfológicas da RAG. Será também passado o equador desta década que Carvalho se decante definitivamente e de forma gradual pela via reintegracionista.

5.1. Papel de Carvalho nas normas ortográficas da RAG (1970)

Os académicos Ramón Piñeiro, Carvalho Calero e Filgueira Valverde empreendem em finais da década de 60 uma rápida corrida por aprovarem e darem ao prelo umas normas ortográficas do galego. Segundo a documentação existente na RAG fica claro que o texto o elaboraram entre os três citados e que Carvalho foi o encarregado de lhe dar a redação final, após algumas modificações aprovadas pelo plenário da RAG (Freixeiro Mato 2018: 321). O próprio Carvalho declarou ser "o redactor principal" dessas primeiras normas académicas, admitindo também a influência das circunstâncias políticas na sua confeção e subrepticiamente a subordinação ao espanhol, de modo que só se tratava de refletir nelas o que já era a prática maioritária da escrita, à espera da necessária incardinação do galego no seu sistema próprio, o galego-português, como estratégia para realizar no futuro (em Fernán-Vello e Pillado Mayor 1986: 182-183). Neste sentido, Villanueva Gesteira (2015: 236-237) afirma que "[p]ara Piñeiro neste momento era importante potenciar a lingua escrita aproximándoa, na medida do posible ó portugués, unha afirmación que pertence a esta segunda época, pois non a rexistramos nos anos cincuenta".

Ainda que Carvalho Calero fosse, com efeito, o redator material das normas, parece lógico pensarmos, tendo em conta que as suas ideias eram na altura bastante coincidentes com as de Piñeiro, que foi este quem supervisou e quem controlou de forma direta todo o processo normativo. Talvez, nessa altura Piñeiro fosse mais explícito que Carvalho no tratamento da proximidade entre o galego e o português. Seja como for, as normas ortográficas da RAG, aprovadas formalmente no dia 15 de fevereiro de 1970, respondiam aos critérios acordados basicamente entre os dois membros destacados dessa entidade e de Galaxia; nisto também parece acreditar Santamarina (em Fernández Rei 2008: 994) quando afirma que a filosofia da normativa académica de 1970 "era a da *Gramática* de 1966 de Carballo, supoño que consensuada con Piñeiro".

A urgência por dar a conhecer publicamente as normas ortográficas estava em relação com a possibilidade que se abría no debate político de as línguas minorizadas do Estado se incorporarem timidamente ao sistema educativo e com a necessidade de que a falta de codificação do galego não servisse de escusa para o deixar à margem do processo. As normas ortográficas apareceram, pois, oportunamente arredor do momento de publicação da "Ley General de Educación" promulgada pelo ministro franquista Villar Palasí a 6 de agosto de 1970 e que autorizava o ensino optativo das línguas chamadas 'nativas', entre elas o galego. Numa missiva especialmente interessante de Piñeiro a Basilio Losada, de 22 de março, aquele transmite-lhe que os académicos eram partidários de uma maior aproximação ao português, mas que por motivos práticos do momento se faziam depender do castelhano, à espera de no futuro seguir um processo gradual de achegamento ao âmbito natural do galego (*cf.* Piñeiro e Losada 2009: 795-799).

Contudo, Carvalho estava mais centrado nas sucessivas edições da sua gramática, que nessa altura já ia na terceira, segundo põe em evidência uma carta a Del Riego de 16 de marzo de 1970 (Carballo Calero 2006: 479-482), na qual se centra obsessivamente na nova edição com que quer melhorar muito a segunda. Como já tinha exposto desde a primeira edição, o autor propunha uma gramática do 'galego común' – expressão também muito utilizada por Piñeiro no seu informe à RAG de 1962 (Santamarina Fernández 2009)–, entendido como um 'galego ideal' baseado na língua viva do momento; porém, a língua viva que lhe a ele interessa "no es el gallego vulgar, profundamente alterado en su pureza por la erosión de la lengua oficial", mas "el gallego culto, el gallego literario, que aspira a ser un instrumento cabal de cultura" (Carballo Calero 1966: 13).

As normas ortográficas ocupam apenas 13 páginas de pequeno formato e a última consta só de três linhas para dizer que nos casos não contemplados nelas "serven de supletorias as usuás na ortografía castelá" (Real Academia Gallega 1970: 18). Estão divididas em duas partes bem diferenciadas, uma "Introducción ás normas ortográficas", de cinco páginas, e as "Normas ortográficas" propriamente ditas, em sete páginas, distribuídas em três partes: "O

abecedario galego", "O acento ortográfico" e "Contraccións", além da "Norma supletoria" que figura como a parte quarta. A primeira reduz-se a uma descrição do alfabeto; a segunda explica as regras de acentuação, começando por afirmar que são as mesmas que as do castelhano; a terceira parte, sobre as contrações, é a mais elaborada, como também julga Alonso Pintos (2006: 186), pois começa por estabelecer o princípio de que as palavras se escreverão "na súa integridade", o que presupõe a simplificação da escrita, com a eliminação de apóstrofos e hífenes que tinham sido habituais anteriormente, e fixa as contrações admitidas na escrita, a consagrar, por último, a opção de não representar as formas assimiladas do artigo como critério geral. O conjunto das normas está caraterizado pela prudência ou discrição (Alonso Pintos 2002: 115-117) com que a Academia enfrentou a sua elaboração, tentando seguir o que já era a ortografia usual da época na procura de facilitar a aprendizagem da maneira mais simples e a remitir por isso constantemente para o castelhano como norma de referência por ser a única que se aprendia no sistema educativo. Na parte introdutória faz-se uso também do argumento da provisionalidade, pois é "unha ortografía susceptible de perfeición" que se deve inspirar mais "na estructura fonolóxica do propio idioma" e que deve ser "elaborada con acougo" (Real Academia Gallega 1970: 7).

Estas normas vão contar com a oposição do Departamento de Filologia Românica da USC. Assim o manifesta Constantino García num artigo em *Grial* de abril-maio-junho de 1971 quando diz que "supuxeron un franco retroceso, en canto alonxan máis a lingua escrita da falada do que o viñan facendo calquera das grafías empregadas hastra daquela" e quando depois anuncia que as vão seguir com algumas modificações que representem melhor "a realidade falada" e que evitem a sua "tendencia lusizante" (García 1971: 132-133). Estas primeiras normas da RAG podem ser consideradas o primeiro e ao mesmo tempo o último ato normativo que a entidade corporativa levou a cabo com plena autonomia na codificação do idioma, com a circunstância de o principal redator, Carvalho Calero, ser também na altura professor de Língua e Literatura Galegas na USC.

5.2. As normas morfológicas da RAG e o plural das palavras acabadas em <l>

As normas morfológicas da RAG foram aprovadas em sessão plenária da entidade de 4 de julho de 1971 e, como tinha acontecido com as ortográficas, chegaram assinadas também por Filgueira Valverde, Carvalho Calero e Ramón Piñeiro. Para os efeitos da sua possível influência na data de aprovação cumpre ter em conta que o método de *Gallego 1* do ILG fora apresentado publicamente mais de mês e meio antes, no dia 14 de maio desse mesmo ano 1971 (Fernández Rei 2008: 998). Das 12 páginas de pequeno formato que ocupam essas normas (Real Academia Gallega 1971), oito são de "Introducción" e só escassamente quatro constituem as "Normas morfolóxicas", agrupadas em 15 pontos: (i) rejeitamento na escrita de fenómenos fonéticos dialetais e populares (*galo*, *luz*, *muller*, *a auga*, *dentro*), (ii) plurais das palavras que terminam em <l> (*moles*, *animais*, *cadrís, fáciles*), (iii) plurais das palavras acabadas em <n> (*irmáns*, *lacóns*, *uns*), (iv) ditongos comuns *ei*, *ou*, *oi* (*eira, outro, loita*), (v) grupos consonânticos iniciais (*chamar*, *fror*, *clima*), (vi) grupo interior -CT- (*eito*, *doutor*, *acto*), (vii) grupo -PL- (*dobre*, *templo*), (viii) sufixo -ANU (*irmán*), (ix) sufixo -ANA (*irmá*), (x) sufixo -BILE (*solúbel*, *nobre*, com possibilidade de *-ble* nalgum caso), (xi) sufixos -TIONE, -TIU, -TIA (*resolución*, *trapecio*, *Galicia*, sem rejeitar *Galiza*), (xii) terminação -TE (*bondade*, *virtude*, *falade*), (xiii) concorrência *lles* + *o*, *a*, *os*, *as* (*llelo*, *llela*, *llelos*, *llelas*), (xiv) P3 dos pretéritos (*falóu*, *batéu*, *saíu*) e (xv) derivados de palavras terminadas em <n> (*cancioneiro*, *funcionario*, com algumas exceções). Como se vê, ficam fora muitos aspetos morfológicos, de modo que a sua utilidade é bastante limitada.

Numa carta de Piñeiro a Losada, o primeiro fala da "ponencia que presentamos o Filgueira, o Carballo e mais eu" e de que nela "haberá modificacións" ao seu passo pelo plenário académico: "Hai unha importante enmenda á norma 2, que eu apoiarei canto poida porque me parece moi asisada" (em Piñeiro e Losada 2009: 865). Essa norma 2 era a referida aos plurais das palavras terminadas em <l>, que consagrava a solução oriental *animais* frente à ocidental *animás* e à forma *animales* dominante na fala. A redação definitiva ficou assim na parte da "Introducción":

> Non se pode consagrar a reposición do *-l-* intervocálico, cuia caída é característica do galego, na formación dos pluráis dos nomes, fora do caso dos monosílabos e certos cultismos. A solución que recomendamos, característica hoxe do galego oriental, non resulta violenta para ningún galego, coincide co portugués e está abonada históricamente. (Real Academia Gallega 1971: 25)

Esta redação coincide com a do texto remitido à Academia pelos três assinantes das normas, salvo que no documento não figuram "certos cultismos" ao lado dos monossílabos. Como se pode notar, o critério de coincidência com o português parecia ser válido para Piñeiro, Carvalho, Filgueira e para a própria Academia. Porém, as diferenças são maiores caso observemos a redação do ponto 2 nas "Normas morfolóxicas" propriamente ditas, pois enquanto na edição publicada se diz que "os adxectivos polisílabos do galego actual rematados en *-il* non acentuado, sen tradición ou con tradición vacilante no galego histórico, ateránse na formación do plural ao padrón etimolóxico, engadindo *-es*: *áxil*, *áxiles*; *fácil*, *fáciles*, etc." (*Ibid*.: 28), na versão originária dizia-se que se mantinha a mesma norma "no caso de que o acento da palabra non vaia na vocal que precede ao *-l*: *increíbel*, *increíbeis*; *útil*, *utis*". Isto é, finalmente a Academia aprovou os plurais *fáciles* ou útiles frente a *facis* ou *utis* que iam na versão apresentada a debate, e talvez esta fosse a emenda que apoiou Piñeiro e que não contou com o respaldo de Carvalho, pois já na primeira edição da sua gramática dava *utis* como plural de *útil*, "aunque también en este supuesto el habla vulgar conoce la forma castellanizada" (Carballo Calero 1966: 92, nota 6); a mesma redação, com algumas variantes, vai ser conservada nas demais edições, mas sem incorporar este caso ao corpo principal da obra (mantém-no sempre em nota a rodapé, inclusive na sétima edição). Convém notarmos que o próprio Carvalho na terceira edição da sua gramática, de 1970, portanto quase coincidente temporalmente com a elaboração dessas normas, dava *baús*, *cadrís*, *feás*, *mantés* e *pirifós* como plurais respetivamente dos substantivos *baúl*, *cadril*, *feal*, *mantel* e *pirifol* (Carballo Calero 1970: 107), enquanto para o adjetivo *lanzal* oferecia a solução *lanzás*, sem apresentar outros exemplos de adjetivos terminados no singular em <l> (*Ibid*.: 118). Porém, na quarta edição de 1974 Carvalho já incorpora na sua *Gramática elemental del gallego común* as soluções convergentes com as normas morfológicas da RAG: *animáis*, *papéis*, *cadrís*, *peróis* e *azúis* como plural dos substantivos *animal*, *papel*, *cadril*, *perol* e *azul* (sic) (Carballo Calero 1974: 160), e *lanzáis* como plural de *lanzal* no caso dos adjetivos (*Ibid*.: 170). Não há referências nesta edição ao sufixo *-bel*/*-ble*/*-bre* e aos respetivos plurais; será certamente na sétima edição onde o autor se pronuncie claramente pela forma *-bel*, igual que pelas terminações *-zon*, *-son*, *-zo* e *-za* (Carballo Calero 1979a: 266), além de pelos demonstrativos invariáveis *isto*, *iso* e *aquilo*, e pelos plurais de palavras paroxítonas acabadas em <l> no singular com perda desta consoante, a mostrar assim a "vontade de reintegración do galego no espazo lusófono" (Sánchez Rei 2008: 109-110); quanto aos plurais do tipo *útil* > *utis* que figuravam nas edições anteriores em nota a rodapé, acrescenta a possibilidade da solução úteis, mas mantém a prevenção de que "también en este supuesto el habla vulgar conoce la forma castellanizada o culta *útiles*" e a sua localização a rodapé, sem optar pela incorporação ao texto principal (Carballo Calero 1979a: 167, nota 7).

Deve ter-se em conta que as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* da RAG, publicadas em 1971, tiveram uma segunda edição no ano 1977, que é uma reprodução da anterior, mantendo inclusive a mesma referência inicial às datas em que tinham sido aprovadas pela entidade, sem constar nenhuma advertência de qualquer modificação do texto, e a coincidirem exatamente na mesma paginação. No entanto, no ponto 2 das normas morfológicas observa-se uma modificação bastante significativa entre a primeira edição e a segunda. Na primeira lê-se: "Endebén, os adxetivos polisílabos do galego actual rematados en *-il* non acentuado, sen tradición ou con tradición vacilante no galego histórico, ateránse na formación do plural ao padrón etimolóxico, engadindo *-es*: *áxil*, *áxiles*; *fácil*, *fáciles*, etc." (Real Academia Gallega 1971: 28). Mas na segunda o texto diz assim: "Endebén, os adxetivos polisílabos do galego actual rematados en *-il* non acentuado, sen tradición ou con tradición vacilante no galego histórico, trocan o *i* en *e* antes de sustituír o *-l* por *-is* para formar o plural ou se ateñen ao padrón etimolóxico, engadindo *-es*: *móvil*, *moveis* ou *móviles*; *fácil*, *faceis* ou *fáciles*, etc." (Real Academia Gallega 1977: 28). Como se pode ver, nesta segunda edição são priorizados os plurais do tipo *úteis* ou *fáceis* mais próximos dos *utis* e *facis* que figuravam no texto inicial apresentado por Carvalho, Piñeiro e Filgueira à aprovação do pleno da RAG em 1971 e finalmente modificados por esta (*cf.* Freixeiro Mato 2018: 322). Essa mudança foi devida à intervenção direta de Carvalho Calero, a quem, por acordo da Xunta de Goberno da Academia de 11 de março de 1977, ainda presidida por Martínez-Risco, se comunica a decisão de reeditar as normas de 1971 e se envia um exemplar para que o revise; Carvalho "foi moi dilixente no cumprimento da encomenda, pois na acta da

seguinte xuntaza do mesmo órgano, celebrada o 1 de abril do mesmo ano, acúsase recibo do exemplar co texto das *Normas* de 1971 corrixido por Carballo e acórdase o seu envío á imprenta" (Monteagudo 2020b: 328-329). A RAG viveu nessa altura uma mudança na presidência, pois Sebastián Martínez-Risco tinha falecido no dia 24 de setembro de 1977 e Domingo García-Sabell toma posse como novo presidente da entidade a 6 de novembro; a reedição das normas leva o seguinte colofão: "Acabóuse de imprimir este epítome na cidade da Cruña, nos talleres tipográficos da Editorial Moret, o día 2 de decembro de 1977".

Carvalho Calero, na última edição da sua gramática, que leva a data de 26 de novembro de 1979 no colofão, incorpora os 15 pontos das "Normas morfolóxicas" da RAG (Real Academia Gallega 1971 ou 1977: 27-30), mas com significativas adaptações ou modificações. Ele próprio as introduz com umas palavras que dão a entender a vontade de uma reforma futura: "Nos parece oportuno finalizar esta sección de nuestra Gramática insertando las normas morfológicas de la Academia Gallega, en la versión reformada que hemos propuesto para la próxima edición" (Carballo Calero 1979a: 264). Essa proposta carvalhiana de reforma existe nos fundos documentais da RAG e dela dá conta Monteagudo (2020b), que a reproduz, demonstrando-se, com efeito, que se trata da tradução para galego da versão que figura em espanhol na sétima edição da gramática. Ou pode ser, ao invés, que Carvalho reproduza na gramática os 15 pontos das normas morfológicas propostas por ele à RAG, mudando o idioma de redação, mas mantendo nos exemplos as inovações ortográficas introduzidas (nomeadamente o sistema de acentuação). A sequência temporal dos factos é explicada por Monteagudo (*Ibid*.: 329): a RAG recebe a proposta de reforma de Carvalho em 29 de abril de 1979 e ao dia seguinte comunica-lhe que tomou conhecimento dela "para terse en conta na nova edición que das mesmas se pensa facer", e também no mesmo dia remete a proposta a Filgueira e a Piñeiro para que emitam um informe sobre ela o antes possível. O plenário da Academia, em reunião de 3 de junho, recebe a proposta de Carvalho e decide criar uma comissão para o seu estudo, mas, transcorrido mais de um ano, em setembro de 1980, ainda se não tinha tratado deste tema na entidade e no dia 23 desse mês a RAG acorda solicitar um ditame urgente a José Luís Pensado para um debate em sessão plenária prevista para o dia 26 de outubro. Finalmente, quando chegam os informes para serem discutidos no plenário, Carvalho retira a proposta porque, segundo diz em carta ao presidente com palavras textuais tomadas da ata da reunião desse dia 26, "desexo estudá-la baixo novas luces, para modificá-la ou anulá-la, segundo xulgue en conciéncia máis conveniente". Para melhor entender e contextualizar estes factos deve ter-se em conta a criação da Comisión Lingüística da Xunta pré-autonómica, presidida por Carvalho, a finais de 1979 e a aprovação em abril de 1980 das *Normas ortográficas do idioma galego* (de que se falará em 5.4).

No relativo ao ponto 2 das normas morfológicas, aquele que trata do problemático plural das palavras em *-l*, a proposta de Carvalho de 1979 termina assim: "Sin embargo, los adjetivos polisílabos terminados en *-il* no acentuado, cambian la *-i* en *-e* antes de sustituir la *-l* por *-is* para formar el plural: *fácil*, *fáceis*; *móvil*, *móveis*, etc."[14]. Portanto, já prescinde da opção de plural en *-les* (*fáciles*) que figurava como hipótese na segunda edição das normas da RAG; e também deixa clara a sua vontade de aproximar as soluções morfológicas do galego das do português. O plural das palavras terminadas em <l>, e mais concretamente em *-il*, voltará a provocar problemas nas normas da Xunta de 1980, de que depois se falará (§ 5.4); na versão saída da subcomissão formada por Carvalho, Santamarina e Rodríguez diz-se: "As palabras acabadas en *-l* substituen esta consoante por *-is* (*animal*, *animais*; *tal*, *tais*; *papel*, *papeis*; *notábel*, *notábeis*; *español*, *españois*; *azul*, *azuis*), mais no caso de *-il* temos que distinguir entre *-il* tónico, onde temos só *-is* (*cuadril*, *cuadris*; *infantil*, *infantis*), e *-il* átono, con plural en *-eis* (*fácil, fáceis; móvil, móveis*)" (em Carvalho Calero 1985: 231). Porém, o texto final, após o seu passo pela comissão em pleno, é o seguinte: "As palabras

[14] Citamos agora pela sétima edição da gramática, totalmente coincidente, salvo no idioma, com a proposta de reforma apresentada por Carvalho à RAG; ver Carballo Calero 1979: 265 e Monteagudo 2020b: 346. Na segunda edição das normas morfológicas) ainda figuravam como exemplos *móvil*, *moveis* ou *móviles*; fácil, *faceis* ou *fáciles*; ver Real Academia Gallega 1977: 28.

acabadas en *-l* substituen esta consoante, para formar o plural, pola terminación *-is* (*animal*, *animais*; *tal*, *tais*; *fiel*, *fieis*; *notábel*, *notábeis*; *español*, *españois*; *azul*, *azuis*). No caso de *-il* cumpre distinguir entre *-il* tónico, onde só temos *-is* (*funil*, *funis*; *infantil*, *infantis*), e *-il* átono, con plural en *-iles* ao lado de *-eis*, forma esta que se recomenda (*áxil*, *áxeis*; *fértil*, *férteis*; *útil*, *úteis*)" (em Rábade Castiñeira 1980: 32). Nalgum caso, mesmo a mudança de exemplos vira significativa e parece sempre clara a aposta de Carvalho na solução *-eis* para o plural das palavras acabadas em *-il* átono.

Voltando às normas académicas, uma outra modificação relevante relativamente ao sufixo *-bel*/*-ble* afeta o ponto 10, tanto na parte introdutória quanto nas normas propriamente ditas, a se legitimar na versão final também a solução *-ble* para o latino -BILE, ao lado do *-bel* que figurava em exclusiva na proposta inicial. Neste caso podemos ver igualmente um percurso mais ou menos coincidente com o dos plurais das palavras em *-il*: só *-bel* no texto inicial de Carvalho, Piñeiro e Filgueira, *-bel*/*-ble* no texto aprovado pelo pleno da RAG (opção que se mantém neste caso idêntica na segunda edição de 1977), novamente só *-bel* na sétima edição da gramática de Carvalho (também na sua proposta de reforma de 1979) e no texto da subcomissão de 1980; finalmente voltará à duplicidade *-bel*/*-ble* no texto definitivo dessa comissão da Xunta, se bem que com a recomendação de potenciar a primeira forma (igual que *-aria*, *-zón* e *-són*) "coas limitacións ou ritmo que aconselle o proceso gradual do ensino e da sensibilidade social" (em Rábade Castiñeira 1980: 30). Como se vê, há algumas mudanças nas normas aprovadas pelo plenário da RAG que vão no caminho de as aproximar da norma do galego oral da altura e de as afastar da tradição histórica e do português, exceto no caso do nome do país, que no ponto 11 aparece citado de exemplo como *Galicia* na proposta depositada no arquivo da RAG e no texto definitivo leva como acrescentamento "aínda que non se refugue a forma arcaizante *Galiza*" (Real Academia Gallega 1971: 30), que se mantém igual na segunda edição dessas normas. Porém, na proposta de reforma de Carvalho e na sétima edição da gramática, ambas de 1979, já só figura a forma 'Galiza' como exemplo, sem qualquer comentário[15]; este caso já não aparece nas normas da subcomissão de 1980 quando se recomenda favorecer, "por seren xenuinamente galegas", as terminações *-zo, -za* (em Carvalho Calero 1985: 231), cabe deduzir que por falta de consenso a este respeito.

Carvalho Calero levou as normas académicas às aulas universitárias desde o primeiro momento. Assim, em carta de 20 de março de 1971 anuncia a Del Riego o envio de trabalhos de estudantes seus com o seguinte comentário: "Todos van acordes coas Normas Ortográficas, así que se notas nelas discrepancias, ten en conta que será en puntos aínda non lexislados pola Academia. Os meus alumnos coñecen ben as Normas, porque as practican continuamente" (Carballo Calero 2006: 503). E pouco depois, em carta de 2 de abril, afirma: "Eu atéñome ás normas das Academias Galega e Española", a pôr em relevo tanto as lacunas que contêm quanto a dependência do castelhano (*Ibid*.: 505); deve ter-se em conta que os projetos normativos da década de 60 e inícios de 70 têm pelo geral o espanhol como norma subsidiária, incluída a gramática de Carballo e o "Seminario didáctico da lingoa galega" celebrado em Vigo em 1966, que, por exemplo, relativamente aos signos ortográficos, dizia: "En principio seguiránse as normas do castelán" (*cf.* Freixeiro Mato 1994: 176).

5.3. Carvalho Calero, a criação do ILG e as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*

De todos os modos, desde 1971 não será a RAG nem as suas normas que hão de marcar o ritmo da standardização do galego nas últimas décadas do século XX. Esse papel vai ser desempenhado pelo ILG e pelos seus manuais de *Gallego 1*, *2* e *3*, que desfrutarão de uma extraordinária receção, com "diversas reimpresións e reedicións" que nos anos 80 se aproximam do número de "150.000 exemplares" vendidos (Fernández Rei 2008: 1001). Esses textos continuarão a utilizar os seus próprios critérios normativos à margem dos da Academia. Como conta Ramón Piñeiro em carta a Basilio Losada de 22 de março (*cf.* Piñeiro e Losada 2009: 848-850), houve um confronto entre os 'novos linguistas' e os 'velhos académicos'. Piñeiro apõe aos primeiros dois

[15] Numa avaliação da segunda edição das normas escrevia um ano antes o autor: "Habería que considerar *Galiza* como forma máis autorizada"; ver Carballo Calero 1978a.

inconvenientes fundamentais: não distinguirem entre língua falada e língua escrita ("poderíase decir que todo o reducen á fala") e "o fanatismo antiportugués". O manual de *Gallego 1* consagra uma linha ortográfica contrária às normas que a RAG acabava de aprovar o ano anterior em dois pontos-chave (*come-lo caldo* e *ó*), que mesmo poriam em perigo bastantes anos depois o acordo de 2003, além da opção preferente pela língua oral e por virar as costas ao português. Para Piñeiro a Academia "pensa a lingua como instrumento *culto* de cultura e non como mero instrumento oral de comunicación" a partir da diferenciação entre língua coloquial e língua escrita, sendo esta a que se pode unificar e não a primeira; pelo contrário, para os membros do ILG "a única realidade é a lingua falada" e não compreendem "a perspectiva cultural do problema" (em Piñeiro e Losada 2009: 863-864).

Concorrem neste ano 1971, portanto, duas propostas normativas com conceções diferentes segundo o modelo em que se inspiraram: a tradição e a língua literária no caso da entidade com sede na Corunha, e a fala popular e dialetal na sediada em Compostela. E, como costuma acontecer, ganhou a que dispunha de um maior capital simbólico. Fernández Rei reconhece que para o ILG "ben pouca autoridade lingüística podía ter" a Academia quando recolhia na sua normativa ortográfica a subsidiaridade a respeito da castelhana, apesar da "innegable autoridade moral dalgúns académicos" que tinham sofrido represálias "por seren coherentes co ideario galeguista" (Fernández Rei 2008: 994), em clara alusão a Carvalho. Segundo ele, os principais redatores do método de ensino *Gallego 1* foram Xosé Luís Couceiro, Ramón Lorenzo, Guillermo Rojo e Antón Santamarina, aos quais passou um questionário sobre o tema. Para Santamarina era Piñeiro quem possuía mais conhecimentos gramaticais entre os membros de Galaxia e também o que "tiña máis sentido idiomático e común", mas considerava que os novos conheciam muito melhor o galego do que os membros da Academia e que esta carecia totalmente de autoridade normativa (em *Id.*). Reconhece igualmente Santamarina que partiam de que "o galego debía de estar o máis ligado posible á maneira de falar da xente" e que procuravam "darlle preferencia ó vivo sobre o histórico"; mas também confessa que "[p]robablemente fose algo esaxerada a nosa postura". O facto de o modelo de galego escrito da época, inçado de diferencialismos, ser para el "penoso" explicaria que "pasásemos bastante do galego literario"; mas finalmente admite que "un galego elaborado é unha cousa máis complexa cá transcrição mecánica do que a xente di, debidamente limpada de castelanismos". Também afirma possuírem daquela uma visão "un pouco romántica da lingua", sem terem em conta os muitos fatores que intervêm na elaboração de um modelo de língua, entre eles os ideológicos, e acaba por reconhecer o caráter excessivamente "populista" do método que elaboraram (em *Ibid.*: 1004). Ramón Lorenzo, por sua vez, põe a ênfase no papel de Carvalho Calero como pessoa pouco disposta ao diálogo normativo e mais proclive a ordenar e mandar, enquanto eles não aceitavam as suas normas nem davam "categoría á Academia en cuestións lingüísticas, e tampouco a Carballo", quem "nunca participou en nada nin quixo saber nada do ILG, porque el se consideraba o gran sabio e pensaba que todos debían someterse ás súas ideas" (em *Ibid.*: 996). Couceiro, em troca, fala do respeito "intelectual" que em geral lhes inspirava a figura de Carvalho Calero pelo seu significado para o galego na altura e também por terem sido seus alunos, o que não acontecia com Lorenzo, e atribui o desencontro do ILG com a RAG ao 'complexo técnico' que "quizais sentiu Carballo" (em *Ibid.*: 997)[16].

Segundo consta no "Prólogo" do método *Gallego 1* (Instituto de la Lengua Gallega 1971: 5-7), ainda que os autores declarem aceitar "en principio" as normas da RAG, também assinalan a discrepância no relativo à segunda forma do artigo e ao resultado das contrações das preposições *a* e *pra* com os artigos masculinos. Como indica Fernández Rei (2008: 1002), também no método do ILG se impôs finalmente o plural do tipo *animales* e uma postura "popularista" nos cultismos, todo o qual permite a Alonso Pintos (2006: 192) afirmar que o método do ILG "eleva a fala a categoría de lingua exemplar" e outorga "aos falantes a razón idiomática", julgando "o seu galego como o mellor e o más auténtico".

[16] Num artigo na imprensa digital, Maure Rivas 2020 chega a falar mesmo de ciúmes de Carvalho a respeito de outros professores, nomeadamente de alguns que foram alunos dele. Os juízos críticos de Maure Rivas sobre o catedrático da USC foram respondidos por Montero Santalha 2020 no mesmo meio digital.

O aparecimento das normas académicas coincidiu com o momento histórico em que o poder simbólico sobre a língua passou da RAG ao ILG da USC, o que provocou uma reorientação no discurso que vinha mantendo o galeguismo a respeito do idioma. Se desde os séculos precedentes as figuras centrais do pensamento galeguista –Feijoo, Sarmiento, Murguía, Vilar Ponte, Castelao, etc.– defendiam teoricamente a substancial unidade linguística galego-portuguesa como linha argumental na procura de prestígio para o galego, que também assumiam no período pós-guerra académicos como Martínez-Risco, Carré Alvarellos, Carvalho Calero ou Ramón Piñeiro, cada um à sua maneira, a partir de 1971 a situação vai mudar, a se produzir uma ruptura desse consenso implícito anterior e a reafirmação e ampliação de outra linha discursiva tendente a prescindir de tal argumento na defesa do galego e da sua utilidade; tal tendência foi de algum modo propiciada pelo Departamento de Filologia Românica da USC e viu-se favorecida pela presumível superioridade científica deste sobre a Academia.

Por outro lado, ao desautorizar a RAG, o ILG desautoriza também, no relativo à codificação idiomática, o grupo de Galaxia que a controla, de modo que a partir dessa altura será o instituto universitário o que assuma a direção do processo standardizador. O ano 1971 pressupõe, pois, o final da etapa em que Galaxia levou a iniciativa na fixação normativa do galego, que durava desde 1950; e também quase pressupõe o princípio e o final em que a Academia exerceu como máxima autoridade na matéria, pois é entre esse ano e o anterior que publica as suas primeiras e também últimas normas linguísticas com o seu único carimbo: nas saídas do prelo desde a década de 80 já tem de partilhar a autoría com o ILG, que vai ser o verdadeiro órgão elaborador, a reservar à RAG pouco mais do que o papel sancionador; neste sentido, afirma Fernández Rei (2008: 1008) o que se segue: "[t]raballos de codificación do galego asinados polas dúas institucións fixéronse exclusivamente no ILG", a citar como exemplos o *Vocabulario ortográfico da lingua galega*, o *Diccionario da lingua galega* ou a "revisión, actualización e ampliación das *Normas* de 1982".

Também García (1971: 132-133) ditamina o fracasso normativizador de Galaxia e da RAG na revista *Grial* que Piñeiro dirige. Santamarina Fernández (2009: 16, nota 32), por seu turno, deixa entrever o que hoje se torna evidente à luz da documentação existente: que foram Piñeiro e a RAG os que cederam e aceitaram os critérios do ILG. Parece claro que Piñeiro e consigo Galaxia e a Academia acabam por assumir a superioridade científica do ILG, submetendo-se em consequência aos seus critérios codificadores. Porém, não foi este o caso de Carvalho, pois ainda sendo membro de ambas as entidades, não acatou a mudança de critério da RAG e continuou fiel aos princípios que tanto esta como ele próprio haviam deixado plasmados nessas primeiras normas de 1970 e 1971[17].

De todos os modos, para completar a visão das relações entre Carvalho e o ILG a propósito da normativa linguística nesta década de 70, torna-se necessária uma referência às *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* promovidas pelo ILG através de uns seminários levados a cabo entre dezembro de 1976 e junho de 1977. O processo e o resultado desses encontros já foram objeto de análise em diversos trabalhos, nomeadamente desde âmbitos próximos ao ILG[18], mas interessa-nos aqui repararmos de modo especial na perspetiva de Carvalho e do sector reintegracionista, pois as visões nem sempre são coincidentes e até por vezes se tornam contrárias. Inicialmente deve sublinhar-se que tanto as *Bases* como a segunda edição das normas da RAG apareceram em

[17] Assinalar os méritos de alguns académicos galeguistas que já tinham militado no nacionalismo de pré-guerra ou a mudança de critério da RAG e a fidelidade de Carvalho aos postulados tradicionais desta não implica negar a maior capacitação técnica do ILG face à RAG em matéria linguística, nem "afán de lexitimación retrospectiva dunha posición nacida nos finais da década dos setenta (o reintegracionismo)", nem "outorgar ao discurso da identidade lingüística do galego e do portugués unha centralidade da que daquela carecía, nin sequera no ideario linguístico de Ricardo Carballo Calero", como sugere Monteagudo 2021: 623. De todos os modos, consideramos que as opiniões –também em matéria de codificação idiomática– de personalidades relevantes que tinham escrito em e sobre o galego antes e depois de 1936 deveriam ser mais respeitadas e tidas em consideração, ao tempo que igualmente acreditamos em que o reintegracionismo nasceu antes de finais da década de 70 e em que a relação entre galego e português vem estando em foco na Galiza desde Feijoo e Sarmiento até Carvalho, prolongando-se até á atualidade.

[18] Ver, por exemplo, Fernández Rei 2018: 83-85 ou Monteagudo 2020b: 330-333; também Maure Rivas 2020.

finais de 1977. Sobre estas Carvalho diz que "non hai innovación algunha, que requeriría acordo da Academia en xunta xeral" (Carballo Calero 1978a: 99) e que "o carácter parcial das morfolóxicas debe se manter", pois cumpre "deixar que maduren os problemas denantes de formular a solución unívoca" (*Ibid*.: 102). Monteagudo (2020b: 331) opina, no entanto, que as normas académicas tinham sido amplamente superadas pelas *Bases* e que a reedição podia dever-se a uma tentativa da RAG "de afirmar a súa autoridade", a assinalar igualmente o "propósito vindicador" de um Carvalho "talvez agraviado ao ter a sensación de que se cuestionaba a súa *auctoritas* non só como académico e principal autor das *Normas*", mas também "como catedrático universitario de Lingüística e Literatura Galega, o primeiro e aínda único".

Entre as variadas pessoas que assistiram aos seminários de que saíram as *Bases* está o professor Montero Santalha (2020), que na sua análise do processo começa por assinalar a "aberta rebeldia" e a "heterografia" do ILG a respeito das normas académicas, com uma "arrogante indisciplina" que tinha provocado "uma surda indignação contra o ILG em boa parte da cultura galega (ademais de na RAG)". Ao mesmo tempo, afirma que a finais de 1976 "alguns membros qualificados do ILG sentiam que a atitude populista e castelhanizante que vinham defendendo precisava uma reconsideração", sentimento que viria principalmente provocado pelo artigo que Corominas publicou nessa altura em *Grial*, pois "com o seu prestígio sacudiu os fundamentos em que o ILG baseava as suas propostas"; mas também pesaria "a consciência de que careciam de uma legitimação pública e reconhecida para as suas propostas discrepantes da RAG". Seria por isto que o ILG convocaria essas reuniões sobre a normativa, cuja asistência "foi escassa, irregular e pouco significativa", pois "a maioria dos assitentes eram residentes em Santiago e ligados ao próprio ILG e á sua órbita". Julga Montero Santalha que no instituto universitário se produziu uma "mitificação" dessas reuniões porque desse modo podiam aduzi-las como a "legitimação moral e pública" que necessitavam. Afirma que o sistema de decisão era "algo confuso" e "desatinado" por "uma espécie de prevalência entre os assistentes, onde o ILG tinha sempre maioria" e que, ainda assim, nem sequer "o que se publicou no folheto editado por Anaya em 1977 foi o que se decidira nas reuniões", a exemplificar com a preferência pelos sufixos *-bel* e *-zón* sobre *-ble* e *-ción*, "cujo uso se toleraria provisoriamente mas se desaconselharia". No que diz respeito à participação de Carvalho, assistiria a uma única reunião por impulso de Montero Santalha e não voltaria a assistir por achar "errada e inválida a metodologia que ali se seguia"; Piñeiro assistiria a alguma outra reunião, "iregularmente e sem nenhum entusiasmo nem protagonismo", e o mesmo afirma de Fernández del Riego.

Carvalho, por seu turno, ao comentar, talvez com certa ironia por momentos, a publicação das *Bases* do ILG, sustém que este não elaborou qualquer normativa linguística, pois no método *Gallego 1* diz seguir as normas da RAG salvo em dois pontos, ainda que na realidade seriam mais. Qualifica de "separatista" a posição do ILG em relação com o português, enquanto a Academia, "máis inclinada a unha concordia" com ele, teria unha atitude "reintegracionista", para a seguir indicar que "o equipo que redactóu o *Método* non mantén as suas posturas nas *Bases*" de modo que ou "evolucionou cara unha posición reintegracionista, ou ficóu desbordado por unha forte corrente reintegracionista que resultóu maioritaria nos seminarios". Em conjunto julga as *Bases* como "un documento conciliador no que o isolacionismo se bate en retirada, o que nos semella moi positivo", pois nelas "a dirección está trazada con acerto"; e, a entrar em aspetos concretos, no relativo ao nome das letras destaca "a equiparación do portugués co castelán para tal función, importante avance do criterio reintegracionista, inimaxinábel hai poucos anos no ambiente en que as *Bases* se forxaron"; também destaca a "adopción dun sistema de acentuación gráfica que se afasta do castelán e se aprosima ao portugués", superando nisto claramente as normas académicas, simples adopção das do espanhol; e ainda saúda com entusiasmo que as *Bases* digam que "o achego á ortografía portuguesa é, sentimentalmente, unha aspiración de todos. *Gaudeamos, igitur*" (Carballo Calero 1978b: 104-106).

5.4. Afastamento progressivo de Galaxia e presidência da Comisión Lingüística da Xunta

Carvalho Calero vai distanciando-se cada vez mais dos posicionamentos do ILG, cuja vicedireção abandona em 1978, e dos seus amigos de Galaxia para avançar na aproximação ao standard português seguindo as previsões fixadas nas normas da RAG que ele mesmo principalmente redigira e também de acordo com o processo de reelaboração da sua gramática.

Por conseguinte, não será tanto que Carvalho fuja para o português (Santamarina Fernández 2009: 16) como que o ILG fugiu do português e nessa fuga foi arrastando consigo o núcleo de uma Academia dominada por Galaxia. Certamente, Carvalho ainda mantinha a inícios da década de 70 a individualidade do galego face ao espanhol e ao português, mas isso não quer dizer que não mantivesse também o critério da conveniência de aproximação gradual ao idioma luso no processo de conformação do seu código escrito, segundo predicavam as normas académicas. De todos os modos, quando em 1973 Rodrigues Lapa publica "A recuperação literária do galego", Carvalho não adere de imediato à proposta do português, mais também se não une aos que lhe dão a réplica dentro da Galiza (Monteagudo 2021: 656-658), apesar de que parece que Piñeiro lhe pediu assinarem juntos a resposta a Lapa em *Grial* no mesmo ano[19]. Revisando os seus artigos da altura fica claro que Carvalho nessa primeira parte da década de 70 ainda mantinha o seu discurso sobre a singularidade da língua galega, mais ou menos em coincidência com a linha que vieram mantendo Piñeiro e Galaxia. Será num artigo de imprensa de 1975 quando já deixa ver a decisão de avançar na aproximação ao português:

> Inventar, pois, unha ortografía galega desvencellada da historia, sería unha de tantas empresas de arbitristas inadaptados como padece toda sociedade en crise. Empresa condenada ao fracaso porque supón unha revolución cultural, é decir, unha ruptura cos dados empíricos da cultura. Equivalería a tratar o galego como se fora esperanto ou volapük.
>
> Compréndese así que a ortografía galega actual parta do código da ortografía castelá, pois históricamente non habería outra ortografía que a inspirada no portugués (...).
>
> Como nos demáis aspectos lingüísticos, unha política ortográfica ultragaleguista, que prefira as solucións máis diferentes das adoptadas polas linguas irmás, semellaría proído de isolamento dabondo irrealista. A Academia Galega ten fixado algunhas normas que arrincan do castelán, pero que en determinados puntos nos que non se violenta o ser da lingua percuran a aprosimación ao portugués. (Carvalho Calero 1992: 41)[20]

Coincide Monteagudo em assinalar o ano 1975 como referência para marcar a mudança de opinião de Carvalho a respeito da individualidade do galego no pensamento do autor, apontando que este manteve a partir desse ano "posicións contraditorias coas que sostivera previamente", sem isso prejudicar a sua "credibilidade científica" nem restar "creto á súa posición posterior ao 1975", pois, como qualquer outro intelectual, "tiña perfecto dereito a mudar de posición cando chegou a unhas convicciónns científicas distintas" (Monteagudo 2020c: 351)[21]; para este investigador a "vella concepción" carvalhiana sobre a individualidade do idioma da Galiza "comezaba a cambalear" porque "non atopaba xeito de darlle acomodo dentro da súa nova visión 'cientifista' –isto é, filolóxico-estatalista– do asunto" (Monteagudo 2021: 671). Com efeito, Carvalho tinha defendido a singularidade do galego em trabalhos anteriores, mas também cumpre dizer que, de acordo com a tradição galeguista em que se inseria e em concordância com os posicionamentos da RAG, de Galaxia e do próprio Piñeiro na altura, a aproximação ao português e o afastamento do espanhol estavam no horizonte codificador do galego ainda nos inícios da década, como se viu. Na evolução do pensamento linguístico de Carvalho, tanto Monteagudo como Pichel coincidem em assinalar a relevância da corrente romanística representada por Menéndez Pidal e a da tradição galeguista, mas o primeiro vincula fundamentalmente esta a Piñeiro e à sua defesa da singularidade do galego em resposta a Lapa, enquanto o segundo alude à tradição galeguista "representada por Castelao e súa concepción conciliadora e integradora de raíz lusófona" (Pichel 2018: 23). É evidente que, após coincidirem Carvalho e Piñeiro na sua mocidade com o ideal político e linguístico

---

19 Assim o afirma Bernardo Máiz numa entrevista no diário digital *Praza Pública* de 9 de março de 2020. Monteagudo 2021: 658 sustém que "a proposta de Lapa ganhou rapidamente adeptos dentro do campo galeguista", entre eles Carvalho.

20 O artigo fora publicado no jornal corunhês *La Voz de Galicia* com o título de "Ortografía galega" e logo foi compilado em Carvalho Calero 1992: 40-42.

21 Contudo, Monteagudo 2021: 665 num trabalho posterior em que se trata este tema, acha no artigo de Carvalho "Constitución do galego en lingua literaria", de 1973, uma "resposta oblicua a Lapa", na qual o galego "deixa de ser unha realidade social e verificable" para se converter numa "hipótese de traballo", conceção que para este investigador "abre a porta á mudanza de posición que se verificará nos anos seguintes".

de Castelao, com todos os matizes que se quiser, nas etapas finais do percurso vital de ambos o primeiro se manteve fiel a esse pensamento, enquanto o segundo se foi afastando dele, também no relativo à concepção da língua.

A década de 70 será a de aprofundamento de Carvalho no estudo do galego, que o levará ao progressivo afastamento do ILG, da RAG e de Galaxia, e a da paulatina aproximação ao português. Isto também vai afetar, claro está, o seu modelo de língua literária, pois, como afirma Rodríguez (2020a: 393), "a remodelaçom da língua culta em Carvalho é sobretodo da década de 70, e de finais dessa década especialmente". Em 1972 acede à cátedra de Linguística e Literatura Galegas da USC e no ano seguinte estoura a já citada polémica entre Rodrigues Lapa e Piñeiro, que vai marcar claramente as duas linhas de codificação do galego, enquanto Carvalho assinava os prólogos à quarta edição da gramática[22] e à segunda da história da literatura, ambas publicadas por Galaxia; desta última obra assinará outro prólogo à terceira edição em novembro de 1979, ainda que sairá do prelo em 1981 sem adequar o texto à norma que já na altura aplicava na gramática e noutros textos da sua autoria. Nessa mesma década de 70 ainda publicará em Galaxia a Cátedra de Linguística e Literatura Galega, com prólogos assinados por "R. Carballo Calero", os volumes de *Prosa galega 1* (1976), *Prosa galega 2* (1978, sem prólogo) e *Prosa galega 3* (1980, com prólogo assinado em 1979 na norma da derradeira edição da gramática); em 1979 também publica "Ricardo Carballo Calero" em Galaxia um volume compilatório de textos que leva por título *Estudos rosalianos. Aspectos da vida e da obra de Rosalía de Castro*, com uma breve "Nota limiar" redigida, como em geral todo o livro, na norma do autor anterior à que propõe na revisão gramatical desse mesmo ano. O mesmo sucede no artigo "Sobre a nosa lingua", que publica em *Grial* no segundo trimestre desse ano, embora faça nele uma das suas asseverações mais contundentes e transcendentes: "O galego ou é galego-portugués ou é galego-castelán" (Carballo Calero 1979b: 149). A sétima edição da *Gramática elemental del gallego común*, de 1979, em que o autor já introduz o sistema de acentuação tendente à portuguesa e a separação dos pronomes átonos enclíticos do verbo mediante hífen sem abandonar a dependência geral da ortografía castelhana –o que logo se conhecerá como normativa de mínimos ou de concórdia–, marca a ruptura definitiva de Carvalho com o oficialismo linguístico e a aposta, também prática, na via reintegracionista.

No mesmo ano 1979 Carvalho foi chamado para presidir a 'Comisión Lingüística' da Conselharía de Cultura da Junta Pré-autonómica, que necessitava normas para o seu uso interno e institucional. O próprio Carvalho conta pormenorizadamente esse processo, com achega documental, no nº 2 de *Agália* (Carvalho Calero 1985). A comissão foi constituída no dia 20 de outubro de 1979 com os seguintes membros, reproduzidos tal como figuram na ata: Ricardo Carballo Calero (presidente), Ramón Martínez López (vicepresidente), Xosé Fernando Filgueira Valverde, Isidoro Millán González-Pardo, António Santamarina Fernández, Xosé Luís Pensado Tomé, Manuel Vidán Torreira (vogais) e Xosé Luís Rodríguez Fernández (secretário). Na mesma sessão foi nomeada uma "subcomisión de regulamento ortográfico" formada por Carballo Calero, Santamarina Fernández e Rodríguez Fernández, todos três professores da Faculdade de Filologia da USC, que se encarregou de elaborar o relatório das normas ortográficas do galego, trabalho remetido à comissão com data de 29 de janeiro de 1980. Tal texto foi aprovado por total unanimidade dos três relatores, segundo afirma Carvalho, e logo sofreu algumas modificações dos membros da comissão que, ao incrementarem os casos opcionais, "restárom firmeza à regulaçom, ainda que sempre cabia uma aplicaçom coerente da mesma" (*Ibid*.: 225). Este texto, que Carvalho reproduz no artigo citado, vem coincidindo substancialmente com o que logo se chamaria normativa de mínimos ou de concórdia, caso atendêssemos às opções como preferentes; e o texto finalmente aprovado pela comissão[23] não

[22] Ainda que haja uma quinta e uma sexta edição nos anos sucessivos, antes da última de 1979, aquelas serão simples reproduções da quarta, de 1974, que amplia significativamente a parte preliminar, a introduzir pela primeira vez obras de referência da filologia portuguesa. Isto significa, de acordo com Monteagudo 2021: 666, que "o autor estaba comezando a dotarse dunha formación filolóxica que antes estivera fóra do seu alcance, e isto tería, no medio prazo, profundas implicacións na súa visión da lingua, que gañou en profundidade histórica e en amplitude e perspectivas".

[23] Foi publicado em maio de 1980 como *Normas ortográficas do idioma galego* pela Xunta de Galicia e em junho do mesmo ano no *Boletín Oficial da Xunta de Galicia* (nº 10, 26-30); pode ler-se também em Rábade Castiñeira 1980.

se afastaria muito do que hoje viria sendo uma solução binormativista para a língua galega. De todas as formas, seis meses mais tarde, segundo informa Sánchez Vidal (2010: 90-91), na segunda quinzena de dezembro a Subcomisión de Programación de Textos da Comisión Mixta Ministerio de Educación - Xunta de Galicia publica no n.º 15 do *Boletín Oficial da Xunta de Galicia* uma segunda versão dessas normas muito próxima das *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* que o ILG promoveu em 1977[24].

Para Ferro Ruibal (1984: 280-281) já na primeira versão as *Normas ortográficas do idioma galega* de 1980 "ían ser unha repetición das Bases", mas denuncia que pelo meio existiu uma obscura manobra, de que diz possuir "documentación inédita", que alteraria a natureza do acordo conseguido na comissão. Segundo ele, apesar de existir uma maioria a favor de umas normas não lusistas, para contentar a minoria reintegracionista Filgueira Valverde teria proposto que as soluções defendidas por esta figurassem em "letra miúda" para as poderem utilizar em "libros eruditos", mas mantendo como normativo para todas as pessoas, e nomeadamente para o âmbito escolar, o conteúdo fundamental das Bases:

> Así se acordou. Pero, para sorpresa dos propios membros da Comisión, cando se publican as "Normas da Xunta" coa firma de Carballo Calero e José L. Rodríguez o que ía estar como letra miúda a pe de páxina como posibilidade erudita aparece en pe de igualdade coa normativa acordada e, de por parte, o propio texto das Normas aparece redactado coa ortografía non preceptiva, co que aquel folleto, máis que unha luz é un enorme enguedello. Cónstame que houbo tensión despois entre os membros da Comisión e que se acusou ós redactores de fraude.
>
> Ante a evidencia de que aquelas dobres Normas eran inviables para a escolarización, a propia Xunta desfixo o enguedello o 15 de decembro publicando as Normas sen dobletes coma as esixibles ós textos que se sometesen á aprobación oficial. Esta é a razón misteriosa da aparente contradicción entre as Normas da Xunta de maio do 80 e as de decembro do mesmo ano. (*Ibid*.: 281)

A versão é diferente da que dá Carvalho no seu artigo de 1985, com a particularidade de este proporcionar provas documentais (ata de constituição da comissão, circular de envio do texto da subcomissão e o próprio texto desta assinado por Carballo Calero, José Luís Rodríguez e Antón Santamarina), enquanto Ferro Ruibal não achega essa documentação inédita que diz possuir. Segundo afirma Carballo Calero (1985: 224), ele e o conselheiro Alejandrino Fernández Barreiro tinham acordado repartir as nomeações da comissão, de modo que o político designou o próprio Carvalho, Filgueira, Santamarina e Vidán Torreira, enquanto o professor propôs Pensado Tomé, José L. Rodríguez, Martínez López e Isidoro Millán, aceitados pela autoridade política sem objeções. Também Carvalho proporia a subcomissão encarregada de elaborar a proposta das normas, aprovada "por unanimidade e sem discussom" pelos membros da comissão; e afirma que chegaram sempre a "acordos unánimes", pois também "sempre se achou umha fórmula que assumirom todos os presentes" (*Id*.). Está a referir-se à subcomissão formada por ele, Rodríguez e Santamarina, e ainda enfatiza: "Assi foi todo. Qualquer espécie que poda circular a este respeito e que se afaste desta informaçom é errónea, e nom pode proceder de nengum dos ponentes, cujas firmas sem reservas –como nom fossem reservas mentais, que seria temerário conjecturar– figuram na acta correspondente" (*Ibid*.: 225). Um desses "ponentes" era Antón Santamarina e a este processo parece referir-se, ainda que falando de 'seminário' em lugar de 'comissão', quando afirma:

> Alejandrino Fernández Barreiro constituíu o seu propio seminario, ó que asistimos Xosé Luís Rodríguez, Carballo Calero, Isidoro Millán e eu mesmo. Había que implantar o galego no ensino

[24] Sobre o processo de elaboração destas *Bases* e sobre as pessoas que participaram nele trata Maure Rivas 2020, quem destaca o protagonismo que tiveram os membros mais novos do ILG. Também informa de que ele próprio decidiu fazer uma edição não venal do texto que saiu do prelo pelo Natal de 1977 e da qual se teriam repartido 16.000 exemplares entre jornalistas, escritores/as e professorado; e indica igualmente de que em 1980 foram publicados cinco livros escolares da série "Lúa Nova" em harmonia com essas normas que ainda não eram oficiais. Declara de igual modo que tentou convencer o conselheiro Fernández Barreiro para este não autorizar as normas da comissão presidida por Carvalho. Por outro lado, em réplica a este artigo de Maure Rivas, Montero Santalha 2020 defende que "a editorial Anaya (e a sua filial galega Edicións Xerais, fundada e dirigida por Maure Rivas) se beneficiou grandemente da normativa do ILG e da sua imposição política, como ele próprio lembra".

> e non se podía andar con historias: a recuperación dun idioma (especialmente o seu ensino) require un sistema gráfico único. Chegouse a un acordo mínimo. Daqueles seminarios saíran unhas conclusións que foron traducidas despois nun documento que era distinto do que se acordara, polo tanto aquel documento quedou abortado. Foi unha ocasión perdida. Hai cartas de Isidoro Millán envelenadas contra o presidente da Comisión porque terxiversou no texto que saíu como Norma o que se tiña acordado previamente. Finalmente adoptáronse as *Bases* para a autorización de publicación de libros de texto e quedou aquilo de maneira provisional durante un certo tempo. (em Monteagudo 1996: 33)

Para uma perspetiva mais completa deste processo normativo, faltava ouvirmos a voz de outro ator principal, o professor José Luís Rodríguez, que agira como secretário daquela comissão por proposta de Carvalho porque "eticamente, nom me podia negar a tal pedido", o que para ele supôs a sua "maioria de idade no conflito normativo" e mesmo a posta em perigo do seu "futuro na Universidade". A seu ver, os acordos a que se tinha chegado "respondiam bem ao *status quo* das forças em confronto nesse momento concreto", ainda que "finalmente fôrom inabilitadas com o pretexto de oferecerem demasiada opcionalidade... (como se na realidade se pudesse fazer outra cousa, sendo justos)"; assim pois, a "discordância impujo-se à concordância, tam necessária" e as pessoas reintegracionistas pagariam as consequências, "mormente o Prof. Carvalho Calero, com repetidas amostras de desconsideraçom por parte dos seus pares universitários e académicos" (Rodríguez 2020b: 130-132). Na opinião do secretário daquela comissão as normas acordadas tiveram pouca divulgação "porque outra comissom da Junta, a de textos para o ensino, em breve começou a desautorizá-las com o pretexto de que nom orientavam, ao permitir a coexistência de opçons", embora achasse que não havía "falta de orientaçom, porque se davam como preferentes umhas formas a respeito de outras"; segundo ele as *Normas ortográficas do idioma galego* significavam "um ponto de encontro" e ao mesmo tempo marcavam "o grau zero da reintegraçom". De todas as formas, não destrata a existência de problemas prévios que converteram a comissão em disfuncional, influída igualmente pela próxima jubilação do seu presidente:

> Também se originárom conflitos no seio da comissom quanto à redaçom final do texto das *Normas*, com vista a preterir ou nom certos usos, e à pretensom, mesmo por parte dalgum membro, de querer reescrever alterando algum parágrafo já consensuado, extralimitando-se na funçom que lhe fora encomendada. A comissom acabou por nom funcionar, dividindo-se as sensibilidades dos membros entre dous pólos: a dos que queríamos iniciar umha certa mudança e a dos que nom queriam mudar nada, nada que fosse contra os usos castelhanos prevalentes no ensino para evitar problemas aos alunos 'que tinham de aprender a língua do Estado', como lembro ter dito o Prof. Filgueira Valverde. Contribuiu para a sua implicaçom a perspetiva da iminente jubilaçom do Prof. Carvalho e a convicçom por parte dos opositores de que, com a sua retirada, todo o processo de reforma por ele encetado poderia ser facilmente reconduzido. (*Ibid*.: 134-135)

A eleição de Carvalho para presidir essa comissão por parte de um conselheiro de um partido de âmbito estatal como a UCD deve ser explicada, de acordo com Peres Gonçalves (2014: 117-118), no contexto de procura de legitimação democrática das elites provenientes do franquismo, além de o ilustre professor ser na altura o único catedrático universitário de Língua e Literatura Galegas e máxima autoridade reconhecida nestas matérias. Uma vez reformado Carvalho, a correlação de forças no âmbito da política linguística mudaria, a empurrar o velho professor a dar novos passos na procura de uma codificação definitiva do idioma pela via reintegracionista. Nas palavras de José Luís Rodríguez, com o insucesso da normativa de 1980, "e o posterior desembarque da normativa académica de 1970-1971 na prática institutista ancorada nas *Bases*, e de que surge a normativa conjunta RAG-ILG de 1982", Carvalho Calero, "liberto de compromissos académicos e juntistas", ábre-se ao reintegracionismo ortográfico 'de mínimos' e, "quase na mesma altura", ao 'de máximos' (Rodríguez 2020a: 365).

Em conclusão, na década de 70 Carvalho Calero foi ampliando o horizonte da própria formação linguística com a incorporação sobretudo de bibliografía portuguesa ao processo de revisão da sua gramática em duas etapas sucessivas, a quarta edição de 1974 e a sétima de 1979, a se situar na metade da década o ponto de inflexão para a sua definitiva opção pela aproximação do galego ao português. A negativa experiência de presidir a "Comisión Lingüística" de 1979 acabará por o distanciar ainda mais dos seus amigos e correligionários da RAG e de Galaxia, e por acelerar o seu processo de assunção plena do reintegracionismo.

6. Década de 80: da teoria à praxe reintegracionista

Entra, pois, Carvalho na década de 80 dando fim à sua presidência da Comisión Lingüística que elaborou essas normas de tão curta duração; e tamén nesse ano se jubila como catedrático da USC, a única universidade do país na altura. Ao perder essa condição, também minguará a sua influência no mundo oficial, e mais por defender postulados que não concordam com os que abandeira o poder dominante, embora conserve toda a sua *auctoritas* como erudito, investigador e criador, nomeadamente entre as pessoas mais jovens, no âmbito nacionalista e no movimento reintegracionista, para o qual se converte em símbolo e principal referente. Com certeza, esta década, a última da sua vida, é a da adscrição definitiva de Carvalho ao reintegracionismo linguístico galego-português, tanto do ponto de vista teórico quanto na prática escrita, o que pressupõe também o afastamento definitivo de Galaxia como editora principal em que vinha publicando as suas obras, para passar a fazê-lo sob a chancela de Sotelo Blanco ou da Associaçom Galega da Língua (AGAL), nomeadamente, além de outras como Ediciós do Castro.

Entre essoutras editoras está também a lisboeta Sá da Costa, onde dirige com Rodrigues Lapa a coleção Noroeste, que ficará limitada aos *Estudos Galego-Portugueses* (1979) do erudito de Anadia e a *Problemas da Língua Galega* (1981) do próprio professor galego, que ainda assina o livro como "Carballo" quando já nos anos posteriores regularizará a assinatura "Carvalho". Nestes anos intensifica as suas relações com Lapa[25], que já existiam anteriormente, e com outros intelectuais portugueses e brasileiros, com vários dos quais vai coincidir nos congressos que pela altura organiza a AGAL: *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Ourense, 20-24 Setembro 1984), onde partilha a mesa presidencial de abertura com Celso Cunha, Leodegário de Azevedo Filho e Óscar Lopes, ou o *II Congresso*... (Santiago de Compostela, 23-27 Setembro 1987), no qual encabeza uma destacada presidência de honra formada maioritariamente por professores portugueses e brasileiros, e intervém na sessão de abertura ao lado de Sílvio Elia. Nas suas intervenções nestes congressos e nas suas publicações da década, incluídos os artigos sobre o galego dados a lume nos jornais, sobretudo *La Voz de Galicia*, deixa bem clara a sua doutrina linguística e os seus projetos para o futuro do idioma, que passam pela progressiva convergência com o português.

Na correspondência de Lapa existem cartas de Carvalho que demonstran esse afã comum em que ambos se empenharam. Numa delas, que o primeiro anota como "muito importante" e que leva data de 1/10/1980, fala o professor galego da publicação do seu livro antecitado e de outros textos em Portugal, a se mostrar partidário de que vão "decididamente com ortografia basicamente portuguesa"; mas também é consciente dos obstáculos que cumpre vencer:

> Simplesmente, hai que convencer-se de que desmontar a mentalidade do home galego en relacióm cos límites do seu idioma é de grande dificuldade. Estivemos muitos séculos chamando galego à fala das antigas sete províncias, e este conceito administrativo levou-nos à consideracióm do idioma como estrangeiro ao portugués e como dialectal respeito ao castelán. Ensinar na escola aos nenos a escreber *António* sem acento en castelám e con acento en galego, parece mui gravoso a certos pais, mesmo galeguistas profesos. (em Marques *et al.* 1997: 381)

Nesta mesma carta manifesta Carvalho o desejo de que o seu labor reintegracionista tenha continuidade e alcance o sucesso por meio do empenho dos seus discípulos e de algum colega. Tais considerações explicam os passos que foi dando como professor universitário na última etapa da sua vida académica, com a perspetiva de avançar no reintegracionismo linguístico. Embora não julgue a jubilação como o final da sua influência universitária, também é consciente de que se precisa de uma maior implicação das pessoas próximas, ao tempo que deposita a esperança na gente nova e mesmo numa maior presença do português a nível estatal:

> O que teoricamente se podia facer para remover esas interquinéncias, está feito; e serám os mozos que agora saem da Faculdade os que na batalla de cada dia vaiam modificando para bem a situacióm, e creio que, se o demo nom o leva todo, ham conseguí-lo. Mais é indispensábel que

[25] Pode ver-se a correspondência entre Rodrigues Lapa e Carvalho Calero, entre outras personalidades, em Marques *et al.* 1997.

> a presenza do portugués se reforce en todo o Estado espanhol, para que esa mesma presenza actue beneficiosamente. Os separatistas, ainda que conquistem determinados postos que dem resonáncia à sua voz, mal poderám soster a sua posicióm sem importantes concesións, que os caracterizarám como dialecticamente vencidos. A minha jubilacióm non supóm o fim da minha postura na Universidade, sempre que alguns amigos se considerem obrigados a continuá-la con maior decisióm que até agora. (em *Id*.)

Como se pode ver, Carvalho ainda se estava iniciando na escrita reintegracionista 'de máximos' e tinha certos problemas para o fazer com coerência. No entanto, uma vez jubilado da sua cátedra universitária, as coisas não discorreram, se calhar, como ele tinha pensado, pois em 1982 o ILG e a RAG aprovam umas novas normas ortográficas e morfológicas que, com o beneplácito da Xunta, optam por uma via autonomista ou independentista e rejeitam a reintegracionista. Antón Santamarina, a continuar o relato citado ao final do capítulo anterior, em que julgava que o documento das normas da Xunta de inícios de 1980 tinha ficado "abortado" e tinha sido substituído pelas *Bases* promovidas pelo ILG, explica a génese das normas de 1982 e faz também referência ao afastamento de Carvalho das posições de Piñeiro e do instituto universitário:

> Pouco despois xurdiu a idea de publicación do Misal galego. Os tradutores estaban nun dilema, non sabían exactamente qué normativa adoptar, entón por iniciativa de Andrés Torres Queiruga, que era académico e un dos que naquel momento estaban traducindo o Misal, acordouse constituír unha comisión mixta entre Instituto e Academia para chegarmos á unificación de criterios entre as dúas institucións en materia de normativa. Celebráronse moitos seminarios. Ó I.L.G. tocoulle principalmente o traballo de elaborar os informes filolóxicos. O resultado foi a Normativa do ano 1982, que continúa en vigor. A raíz daquilo, o Misal foi seguramente a primeira obra que apareceu conforme á Normativa. Carballo Calero, que era académico, mantívose apartado deste proceso, a pesar de que Ramón Piñeiro lle pediu que asistise. Lémbrome eu ben da longa conversa entre Piñeiro e Carballo debaixo do magnolio da praza de Mazarelos. Pero Carballo xa estaba daquela demasiado lonxe das posturas de Piñeiro, e das nosas. (em Monteagudo 1996: 33)

Defende também Santamarina que o confronto normativo fora um "debate amable" enquanto o galego se movia no âmbito privado, mas quando se começou a albiscar a possibilidade da sua oficialização, "foi cando as posturas se envelenaron"; e reconhece que a posição defendida por Carvalho "fora a da Academia ata aqueles anos", a derivar logo "cara ó reintegracionismo franco" (em Monteagudo 1996: 33-34).

Durante toda a década de 80 Carvalho Calero continuará a defender a via reintegracionista com grande intensidade até à sua morte, tanto teoricamente nos seus frequentes artigos nos jornais, quanto na prática da escrita de criação, também muito fecunda. Aspira Carvalho à restauração ou regeneração da língua do país e isso para ele implica a sua normalização social, a depuração de espanholismos e a plena reintegração no sistema próprio:

> Do que se trata é da restauraçom da língua do país. Esta seria a língua normal. Nom haveria umha língua alta e umha língua baixa. O galego seria língua alta e baixa, e ademais todos os galegos possuiriam o castelhano como meio de comunicaçom dentro do mundo dos castelhano-falantes, mundo no qual por tantas razons históricas e sociais estám fortemente implicados. Assi os galegos dominariam os dous romanços mais estendidos pola terra, e poderiam comunicar-se sem esforço com quase quinhentos milhons de indivíduos. (Carvalho Calero 1990: 46)

Ao início deste trabalho fez-se referência ao artigo "Unha história clínica", de 1983, e queremos terminar com outro que também utiliza a mesma imagem do idioma doente que precisa de cuidados médicos, "Língua, nación, saúde e doenza", escrito ao ano seguinte, no qual fica patente a necessidade de restauração do galego como elemento fundamental da identidade nacional da Galiza e como fator de coesão social, bem como a necessidade de uma regeneração que elimine os seus elementos danificados e que lhe devolva a saúde perdida por tantos anos de interferência forânea mediante a recuperação dos seus traços originários:

> Cremos, pois, que entre nós, como foi tantas veces asentado polos mestres do galeguismo, a língua galega é o elemento fundamental, a forza dominante no proceso de estruturación, ou de restauración, da identidade colectiva; e ese elemento, esa forza, han ser mantidos na mellor forma posível para que podan cumprir a sua función estimulante ou corroborante da coesión comunitária. E claro está que a língua non se achará na forma conveniente se non a limpamos das aderéncias exóticas –fonológicas, léxicas, morfológicas, sintácticas, ortográficas– que a desfiguraron e allearon no transcurso de varios séculos de história antinatural. O galego é unha crianza enferma, e non creemos que o amor ao

> galego deva extenderse á sua enfermidade. Unha asisténcia médica que asuma o patológico como normal acabaría por eliminar a doenza mediante a eliminación do doente. (Carvalho 1992: 130)

Cumpre para o autor, pois, limpar a língua galega das interferências forâneas de todo o tipo –fonológicas, lexicais, morfológicas, sintáticas e ortográficas– que a desfiguraram e alhearam ao longo de vários séculos de história que ele qualifica de antinatural. Concorda assim com o pensamento de Castelao quando este propõe falar galego por galeguismo, isto é, com vontade de contribuir para a sua sobrevivência, pois o "galeguismo supom inconformismo a respeito do galego" (Carvalho Calero 1989: 114). Não se trata de prestar assistência humanitária ao doente para que morra em condições dignas, mas de intervir para que sobreviva. E a dedução a que Carvalho chega na última década da sua vida é que essa sobrevivência só será factível aproximando-se o mais possível do português.

7. Conclusão

Carvalho teve um papel primordial no processo de codificação e de regeneração do galego durante o século XX. Primeiramente de modo pausado, gradual e mesmo vacilante por vezes, e de maneira acelerada já na etapa final da sua vida, procurou a eliminação das deturpações castelhanizadoras e a confluência possível com o português como via de regeneração idiomática. Mas o autor foi modulando a resposta aos problemas de saúde do idioma, entre os quais sobressaía o estado de anarquia interna e, portanto, a necessidade de codificação, em função do seu próprio processo de ampliação de conhecimentos linguísticos e das circunstâncias sociopolíticas de cada momento histórico que lhe tocou viver. Assim, nos anos da juventude, antes de 1936, para além da sua iniciação na escrita literária seguindo o modelo dos seus mestres do galeguismo da altura, só pôde intervir, se realmente o fez, como parece provável, na proposta de unificação idiomática elaborada pelo SEG, de cujos órgãos de direção fazia parte. Na década de 40 bastante teve Carvalho com sobreviver à repressão franquista recluído no seu exílio interior. Na de 50 incorpora-se tímida e temerosamente ao projeto galeguista de Galaxia e partilha e pratica os seus difusos critérios de modernização ortográfica, ao tempo que consolida uma robusta formação filológica através da sua atividade docente no Fingoi e de trabalhos vinculados à obtenção do doutoramento com o foco posto na literatura galega.

Na década de 60 Carvalho, primeiramente, tem de tomar decisões linguístico-normativas unificadoras no processo de redigir com a maior coerência possível a *Historia da literatura galega contemporánea* (1963), o que acentua a sua consciência da necessidade de codificação idiomática. Com esta se tem de enfrentar diretamente a seguir, quando recebe a encomenda de elaborar a gramática para Galaxia, projeto esforçado e custoso para ele que formalmente culmina em 1966, mas que na realidade se prolonga até ao final da década. De todos os modos, nesta contou com o apoio solidário das pessoas que estavam à frente de Galaxia, com as quais trabalhou harmonicamente no projeto gramatical e noutras tarefas para as quais era requerido. Não apareceram neste período discrepâncias normativas nesse âmbito galeguista, pois tanto aqueles critérios gerais e pouco definidos que a editora vinha aplicando como depois as soluções mais concretas que a *Gramática elemental del gallego común* determinava, trasladadas também às aulas universitarias pelo autor, não eram questionadas, ao que com certeza ajudava o facto de o galego ainda não estar incorporado ao sistema educativo geral nem ao âmbito administrativo.

A década de 70 vai começar com a tímida incorporação do galego ao ensino, para o que se precisavam de umas mínimas normas ortográficas e morfológicas que a RAG elabora em 1970 e 1971. Carvalho vai ser o autor material delas, contando com a colaboração de Piñeiro e Filgueira, e submetidas à votação do plenário da entidade. São as primeiras normas académicas e como critério geral tomam como modelo as do espanhol, mas marcam o caminho de aproximação paulatina ao português no futuro, ideia que nesse momento também defendiam Carvalho, Piñeiro e, com este, Galaxia e a RAG. Disto pode deduzir-se que as *Normas ortográficas e morfolóxicas* aprovadas por esta última entidade são basicamente as da gramática de Carvalho que este consensuou com Piñeiro. Mas no mesmo ano 1971 irrompe um novo agente codificador do idioma, o ILG, que desautoriza a RAG e que toma as rédeas do processo normativo. É neste momento quando começa a paulatina ruptura de Carvalho com a RAG e Galaxia, pois enquanto estas duas entidades, guiadas por Piñeiro, vão assumir os postulados do ILG, o primeiro mantém-se fiel aos que viera defendendo com elas anteriormente. Ao mesmo tempo, Carvalho continua com o

trabalho de reelaboração da sua gramática e, se na quarta edição, de 1974, já deixa ver uma ampliação de horizontes no seu pensamento linguístico baixo o influxo da concepção romanística de Menéndez Pidal e uma maior abertura às fontes filológicas portuguesas, na sétima e derradeira edição, de 1979, abraça definitivamente o ideal normativo do galego-português e dá os primeiros passos práticos nesse sentido. Contudo, é mesmo a meio da década, em 1975, que abandona a ideia da individualidade do galego e começa a assumir a necessidade de aproximação entre este e o português.

A década de 80 começa para Carvalho com a decepcionante experiência das normas ortográficas da Xunta pré-autonómica, talvez para ele a última tentativa de procurar uma convivência de dois posicionamentos normativos antagónicos, que precipita, em coincidência com a sua perda de influência pela jubilação na USC, a definitiva assunção do reintegracionismo, de que rapidamente se converte no seu máximo referente, condição que conserva na atualidade, mais de 30 anos após a sua morte. A AGAL de que Carvalho foi presidente de honra promove hoje a solução do binormativismo para pôr fim às disputas sobre a norma linguística, opção que talvez não descontentasse o nosso autor, pois em certa medida já a postulou naquelas normas de 1980 que faziam conviver a proposta reintegracionista com a autonomista hoje vigorante.

8. Referências bibliográficas

Alonso Pintos, Serafín (2002): *Para unha historia do estándar galego. As propostas do período 1966-1980*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

——— (2006): *O proceso de codificación do galego moderno (1950-1980)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Álvarez Blanco, Rosario (1991): "Á procura dunhas bases para a unificación: A contribución de Antonio Couceiro Freixomil", em M. Brea e F. Fernández Rei (coords.), *Homenaxe ó profesor Constantino García*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, vol. 2, 19-31.

Beramendi, Justo *et al*. (eds.) (2017): *Repensar Galicia. As Irmandades da Fala*. [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia / Museo do Pobo Galego.

Carballo Calero, Ricardo (1966). *Gramática elemental del gallego común*. Vigo: Galaxia.

——— (1970[3] [1966]): *Gramática elemental del gallego común*. Vigo: Galaxia.

——— (1972): "A liña do galego literario", *Grial* 36, pp. 129-135.

——— (1973): "O galego, unha lingua", em A. Álvarez Gándara (ed.), *Falemos galego. 50 testos de onte e de hoxe*. Vigo: Castrelos, 100-102.

——— (1974[4] [1966]): *Gramática elemental del gallego común*. Vigo: Galaxia.

——— (1978a): "Normas ortográficas e morfolóxicas", *Grial* 59 pp. 98-102.

——— (1978b): "Novas bases para unha normalización lingüística", *Grial* 59, pp. 103-110.

——— (1979a[7] [1966]: *Gramática elemental del gallego común*. Vigo: Galaxia.

——— (1979b): "Sobre a nosa lingua", *Grial* 64, pp. 140-152.

——— (1981): *Problemas da Língua Galega*. Lisboa: Sá da Costa.

——— (2006): *Epistolario a Francisco Fernández del Riego* [Transcrición e edición de D. Vilavedra e M. Pena]. Vigo: Galaxia.

Carvalho Calero, Ricardo (1984): *Letras Galegas*. A Corunha: Associaçom Galega da Língua.

——— (1985): "Para umha história da ortografia galega. A ponência de 1979", *Agália* 2, pp. 223-233.

——— (1989): *Escritos sobre Castelao*. Barcelona: Sotelo Blanco.

——— (1990): *Do galego e da Galiza*. Barcelona: Sotelo Blanco.

——— (1992): *Umha voz na Galiza*. Barcelona: Sotelo Blanco.

Cidrás, Francisco (ed.) (2020): *Ricardo Carvalho Calero. As formas do compromiso. Día das Letras Galegas 2020*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de Filoloxía Galega.

Couceiro Freijomil, Antonio (1929): *Ortografía Gallega. Bases para su Unificación. Con un Apéndice del Prof. Abelardo Moralejo*. Ourense: Imprenta "La Popular".

Fernán-Vello, Miguel Anxo e Francisco Pillado Mayor (1986): *Conversas en Compostela con Carballo Calero*. Barcelona: Sotelo Blanco.

Fernández Mirás, Paulo (2020): *Ricardo Carvalho Calero. Unha vida pola Galiza e o galego*. Vigo: Ir Indo.

Fernández Pérez-Sanjulián, Carme (ed.) (2016): *As Irmandades da Fala, cen anos despois*. A Coruña: Universidade da Coruña.

Fernández Rei, Francisco (2008): "A creación do Instituto da Lingua Galega en 1971 e o desencontro normativo coa Academia", em X. L. Axeitos *et al*. (eds.), *A patria enteira. Estudos en homenaxe a Xosé Ramón Barreiro*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Real Academia Galega / Universidade de Santiago de Compostela, 985-1009.

——— (2018): "A codificación do galego moderno. O papel do Instituto da Lingua Galega e da Real Academia Galega nese proceso", em J. Giral Latorre e F. Nagore Laín, (eds.), *Lenguas minoritarias en Europa y estandarización*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 77-112.

Fernández Salgado, Benigno (2000): *Os rudimentos da lingüística galega. Un estudio de textos galegos de principios do século XX (1913-1936)* (*Verba. Revista Galega de Filoloxía*. Anexo 47). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

Fernández Salgado, Xosé Antonio (2005): "O idioma galego en tempos da Segunda República: a unificación lingüística e as Normas de 1933", em *Actas do II Congreso Manuel Luís Acuña*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 97-114.

Ferro Ruibal, Xesús (1984): "O acordo ortográfico e morfolóxico de 1982. Entre a utopía foneticista e as heterografías lusistas", em *I Encontros Labaca. Ponencias*, Sada: Ediciós do Castro, 177-307.

Freixeiro Mato, Xosé Ramón (1994): *Sebastián Martínez-Risco na cultura galega*. Santiago de Compostela: Laiovento.

——— (2015): *A poesía oculta de Filgueira Valverde. Guerra Civil, literatura franquista e galeguismo n'*O Gaiteiro de Lugo. A Coruña: Baía Edicións.

——— (2017): *Sobre historiografía gramatical e codificación lingüística (1955-1971). O* Epítome de gramática galega *e outros textos* (*Revista Galega de Filoloxía*, Monografía 12). A Coruña: Universidade da Coruña.

——— (2018): "As primeiras normas da Academia e a perda da súa *auctoritas* na codificación do galego", *Verba. Revista Galega de Filoloxía* 45, pp. 299-340.

——— (ed.) (2022): *Unha amizade con Ferrol ao fondo. Correspondencia entre Carvalho Calero e Tomás Barros (1947-1983)*. Ferrol: Club de Prensa de Ferrol / Concello de Ferrol / Xunta de Galicia.

García, Constantino (1971): "Orixen e problemas do método de galego", *Grial* 32, pp. 129-141.

Instituto de la Lengua Gallega (1971): *Gallego 1*. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago.

Lapa, Manuel Rodrigues (1979): *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Sá da Costa.

Marco, Aurora (1992): *Foula e ronsel. Os anos xuvenís de Carvalho Calero (1910-1941)*. A Coruña: Fundación Caixa Galicia.

Marques, Maria Alegria *et al*. (orgs.) (1997): *Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva.

Maure Rivas, Xulián (2020): "Don Ricardo Carballo Calero desde os tempos da 'Lúa Nova'". *Praza Pública*, 11/12/2020, https://praza.gal/opinion/don-ricardo-carballo-calero-desde-os-tempos [consulta: 23/12/2020].

Monteagudo, Henrique (1996): "No vintecinco aniversario do Instituto da Lingua Galega. Entrevista con Antón Santamarina", *Grial* 129, pp. 25-42.

——— (2002): "Propostas e debates sobre o galego culto no período de entreguerras. 1. Primeira etapa (1917-1927)", *Revista Portuguesa de Filologia* XXIV, pp. 1-51.

——— (2017): "O Seminario de Estudos Galegos: do cultivo do idioma (1923-1927) á codificación (1928-1936)", em H. Monteagudo e M. D. Sánchez Vales (eds.), *No tempo das Irmandades: fala, escrita e prelos*. A Coruña: Real Academia Galega, 239-278.

——— (2020a): "Ricardo Carballo, o grupo Galaxia e a Academia. Políticas da lingua en tempos adversos (1950-1975)", *Boletín da Real Academia Galega* 381, 195-227.

——— (2020b): "Proposta de reforma das *Normas ortográficas e morfolóxicas* da Real Academia Galega (1970-1971), presentada por Ricardo Carballo Calero en 1979", *Boletín da Real Academia Galega* 381, pp. 327-348.

——— (2020c): "A individualidade do galego no pensamento lingüístico de Ricardo Carballo Calero", em F. Cidrás (ed.), *Ricardo Carvalho Calero. As formas do compromiso. Día das Letras Galegas 2020*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 329-360.

——— (2021): *O idioma galego baixo o franquismo. Da resistencia á normalización*. Vigo: Galaxia.

Montero Santalha, José-Martinho (2020): "Carvalho Calero e as Bases do Instituto da Língua Galega (Réplica a Xulián Maure)", *Praza Pública*, 18/12/2020, https://praza.gal/opinion/carvalho-calero-e-as-bases-do-instituto [consulta: 23/12/2020].

Peres Gonçalves, Tiago (2014): *Breve história do reintegracionismo*. [Santiago de Compostela]: Através.

Pichel, Ricardo (2018): "Carvalho Calero, vindicador da nosa lingua extensa e útil", *Mestre Ricardo Carvalho Calero* (*Olga. Revista de poesía galega en Madrid* 5), pp. 18-28.

Piñeiro, Ramón e Losada, Basilio (2009): *Do sentimento á conciencia de Galicia. Correspondencia (1961-1984)* [Edición de M. X. Lama e H. González]. Vigo: Galaxia.

Rábade Castiñeira, Xoán Carlos (1980): *Normas ortográficas do idioma galego. Texto íntegro. Guia e comentários*. A Coruña: La Voz de Galicia.

Real Academia Gallega (1970): *Normas ortográficas do idioma galego*. A Cruña: Real Academia Galega.

——— (1971): *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Cruña: Real Academia Galega.

——— (1977[2] [1971]): *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Cruña: Real Academia Galega.

Rodríguez, José Luís (2020a): "De *A xente da Barreira* (1951) para *A gente da Barreira* (1982): trinta anos à procura de um padrom", F. Cidrás (ed.), *Ricardo Carvalho Calero. As formas do compromiso. Día das Letras Galegas 2020*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 361-395.

——— (2020b): *Nos trilhos da Língua*. Santiago de Compostela: Através.

Saco Arce, Juan Antonio (1868): *Gramática gallega*. Lugo: Imprenta de Soto Freire.

Sánchez Rei, Xosé Manuel (2005): "Trazos xerais da tradición gramatical galega". *Revista Galega de Filoloxía* 6, pp. 93-120.

——— (2008): "Algunhas observacións sobre a *Gramática elemental del gallego común* de Ricardo Carvalho Calero", *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos* 11, pp. 101-112.

——— (2017): "A *Gramática do idioma galego* de Lugrís Freire no contexto sociocultural das Irmandades da Fala", em J. Beramendi *et al*. (eds.), *Repensar Galicia. As Irmandades da Fala*. [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia / Museo do Pobo Galego, pp. 425-439.

Sánchez Vidal, Pablo (2010): *O Debate Normativo da Lingua Galega (1980-2000)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Sanmartín Rei, Goretti (1997) (ed.): *A Nosa Literatura*. Vol. 26. *Prosa didáctica (1916-1936). Antoloxía*. Vigo: Asociación Socio-Pedagóxica Galega / A Nosa Terra.

Santamarina Fernández, Antón (2009): "Informe de Ramón Piñeiro á Real Academia Galega", *Boletín da Real Academia Galega* 370, pp. 7-17.

Seminario de Estudos galegos (1933): *Algunhas normas pra a unificazón do idioma galego*. Santiago de Compostela: Nós.

——— (1936): *Engádega ás normas pra a unificazón do idioma galego*. Santiago de Compostela: Seminario de Estudos Galegos.

Venâncio, Fernando (2019): *Assim nasceu uma língua / Assi naceu ũa lingua. Sobre as origens do português*. Lisboa: Guerra e Paz.

Villanueva Gesteira, María Dolores (2015): *A Editorial Galaxia: proxecto e traxectoria 1950-1965*. Tese de doutoramento. Santiagoi de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/14740 [consulta: 23/12/2020].